

PEQUENO MANUAL PARA OCUPAÇÕES URBANAS

AUTONOMIA E
RESISTÊNCIA PARA
MULHERES



TEXTO E ILUSTRAÇÕES ANA CAROLINA RODRIGUES DE OLIVEIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-
AMERICANA

Texto e Ilustrações: Ana Carolina Rodrigues de Oliveira

FOZ DO IGUAÇU
2022



Dedico esse pequeno manual à
todas as mulheres que lutam,
amam e transformam
diariamente o mundo.

PEQUENO MANUAL PARA OCUPAÇÕES URBANAS

AUTONOMIA E RESISTÊNCIA PARA MULHERES

	Apresentação	01
01	Mapeando: Conhecer o entorno para se organizar	05
02	Planejando novos espaços	12
03	Principais demandas do espaço	17
04	Considerações finais	26
05	Onde consultar	27

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Este manual tem como objetivo capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social, contribuir para sua autonomia, bem estar pessoal e de sua comunidade. Apresentando pequenas estratégias de reforma e construção, este manual foi elaborado depois de muita reflexão sobre a situação de moradia nos centros urbanos: grande número de prédios desocupados e o crescente número de pessoas desabrigadas, o racismo ambiental e os assentamentos precários das comunidades vulneráveis. Acreditamos que as mulheres são as principais agentes transformadoras da realidade social e de suas famílias, e que é preciso dar melhores condições para que elas possam criar e transformar o espaço construído com autonomia e segurança. Ao passo que cresce a violência de gênero apresentam-se novas formas de resistência e os gritos por justiça social entoam mais alto. São essas manifestações,

a insatisfação popular e a necessidade perante ao desgoverno que abandona os mais pobres que possibilitam a transformação do espaço urbano. Pretendemos, através dessas páginas, contribuir para a criatividade de cada mulher que a este manual tiver acesso.

A ideia é que este material possa ser usado em diversas situações, tanto para a manutenção das habitações já existentes quanto em casos de novas construções, para garantir condições mínimas de habitabilidade e segurança em espaços que estiverem, há muito tempo, abandonados e sem uso.

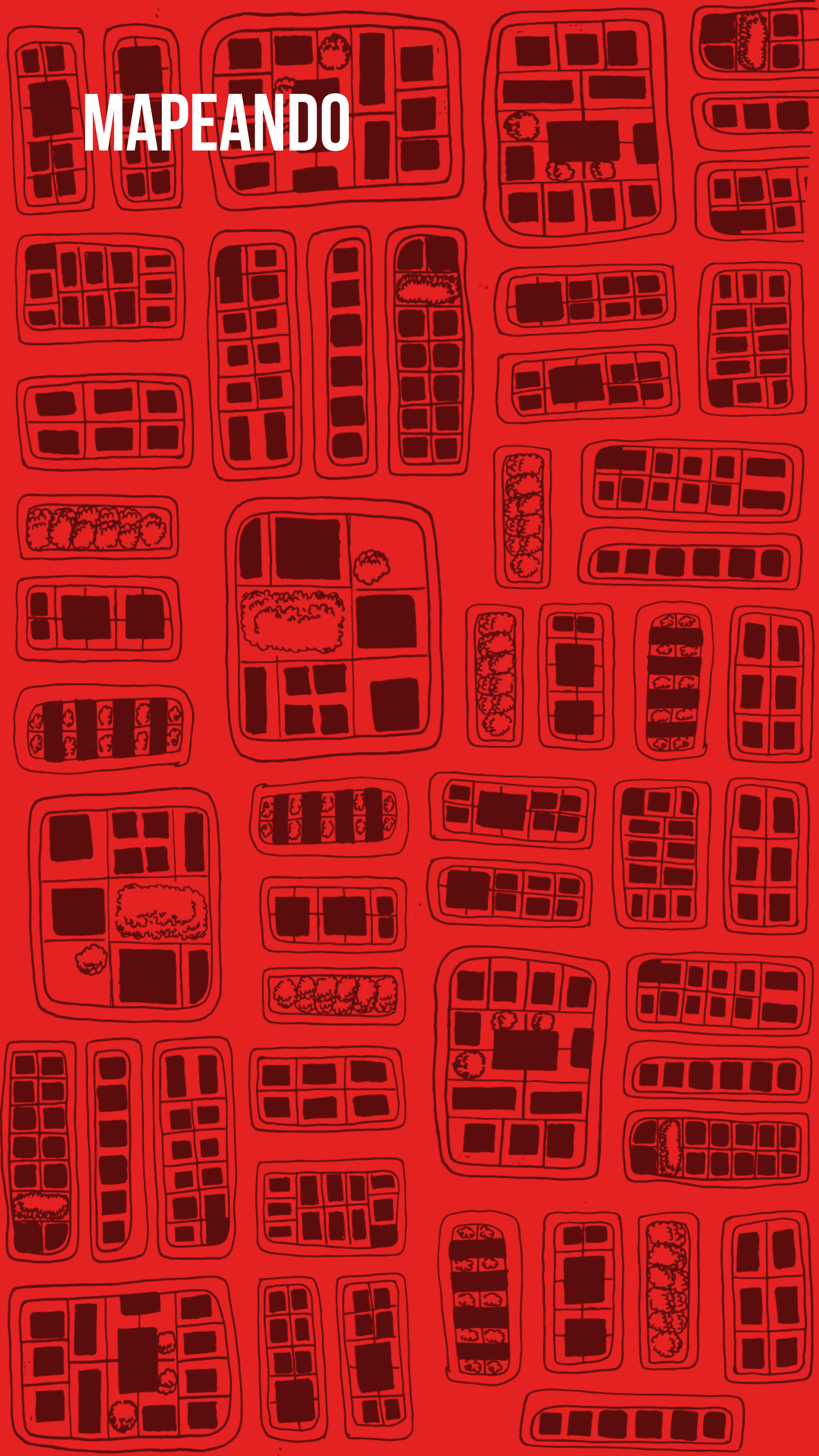
Cada capítulo contém uma informação básica sobre manutenção e cuidados com a área construída, seja de um prédio, de uma casa ou um cômodo, relacionando-se com diferentes aspectos no processo de pensar os espaços. Buscamos desenvolver um método que possa contribuir para harmonia e funcionalidade do espaço construído, através do uso de materiais acessíveis e estratégias de fácil execução.

Rá, Ré, Ri Ró, Rua

Você vai embora
Que esta casa não é tua
Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que esta casa não é tua
Você chega de madrugada
Fazendo arruaça e xaveco
Além de não comprar nada
Ainda quebra o meus cacareco
Rá rá rá rá
Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que esta casa não é tua
Arrependi de me casar
Que a nossa vida assim não vai
Qualquer dia eu vou te abandonar
E vou voltar para casa de papai
Rá rá rá rá
Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que esta casa não é tua
Andas dizendo que eu sou ingrata
Casaste mas já arrependeu
Mas é você quem me maltrata
E a infeliz nessa casa sou eu
Rá rá rá rá
Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que essa casa não é tua

Carolina Maria de Jesus

MAPEANDO



MAPEANDO

Como ponto de partida sugerimos um levantamento dos pontos de interesse ao entorno do espaço ocupado. A partir dessa estratégia podemos identificar pontos de serventia para execução das necessidades do espaço. O método do "Mapeio Coletivo" possibilita visualizar como está organizado o entorno, conhecer pontos estratégicos e mapeá-los a partir dos interesses da comunidade. A seguir apresentamos alguns pontos que podem ser levados em consideração na elaboração do seu mapa e disponibilizamos alguns ícones que podem ser utilizados para montá-lo. Essa etapa não demanda muitos materiais, mas sim, muita criatividade. Em conjunto podem ser pensados outros pontos de interesse da comunidade envolvida e novos ícones ou símbolos de representação.

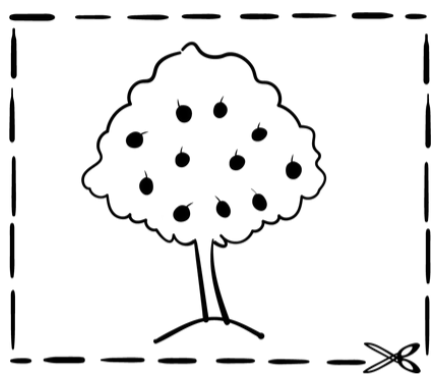
MAPEANDO



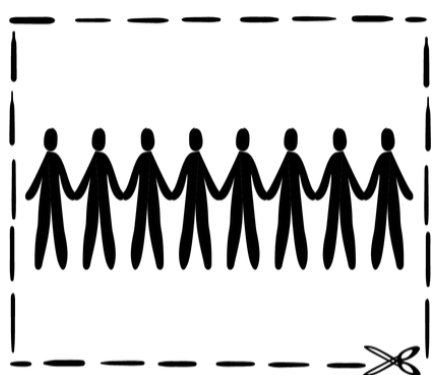
ÍCONES PARA MONTAR SEU MAPA



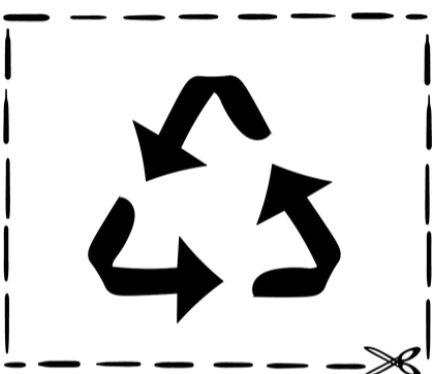
Hortas coletivas já existentes, produtores locais de alimentos ou terrenos abandonados para iniciar cultivo.



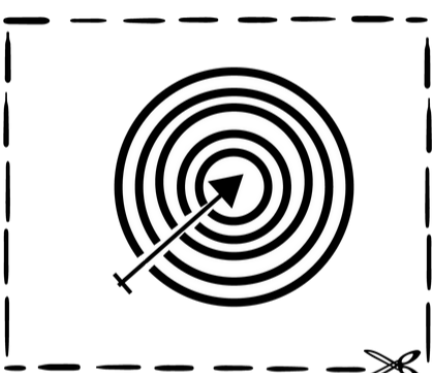
Praças ou casas com árvores frutíferas onde os frutos possam ser doados ou coletados.



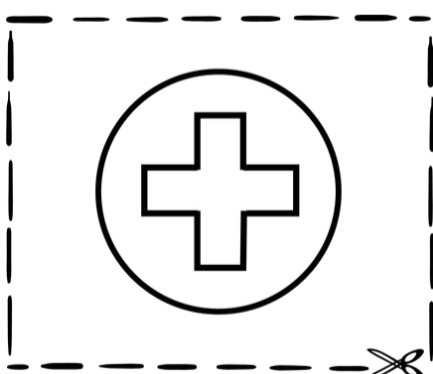
Vizinhos, coletivos e movimentos sociais da região que podem apoiar a causa.



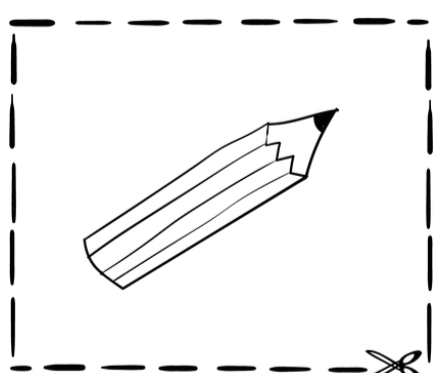
Onde encontrar materiais de construção e móveis que podem ser reaproveitados para o novo espaço.



Locais estratégicos do bairro, prefeitura, acessos principais, postos de segurança e policiamento.

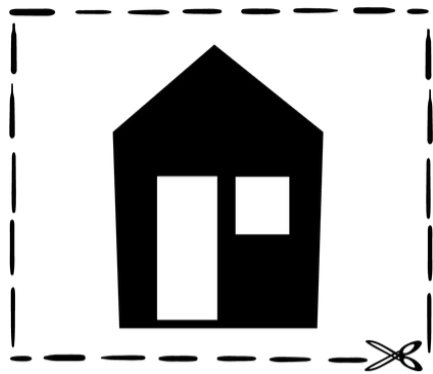


Hospitais ou postos de saúde públicos.



Escolas e creches públicas.

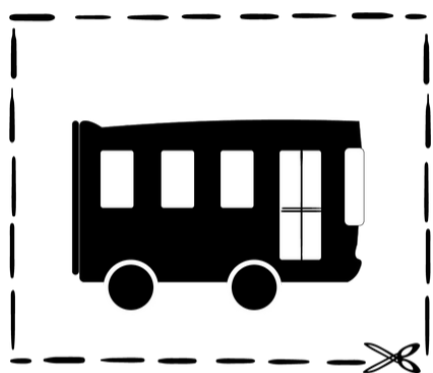
ÍCONES PARA MONTAR SEU MAPA



Casas, prédios ou terrenos que estão abandonados e sem uso.

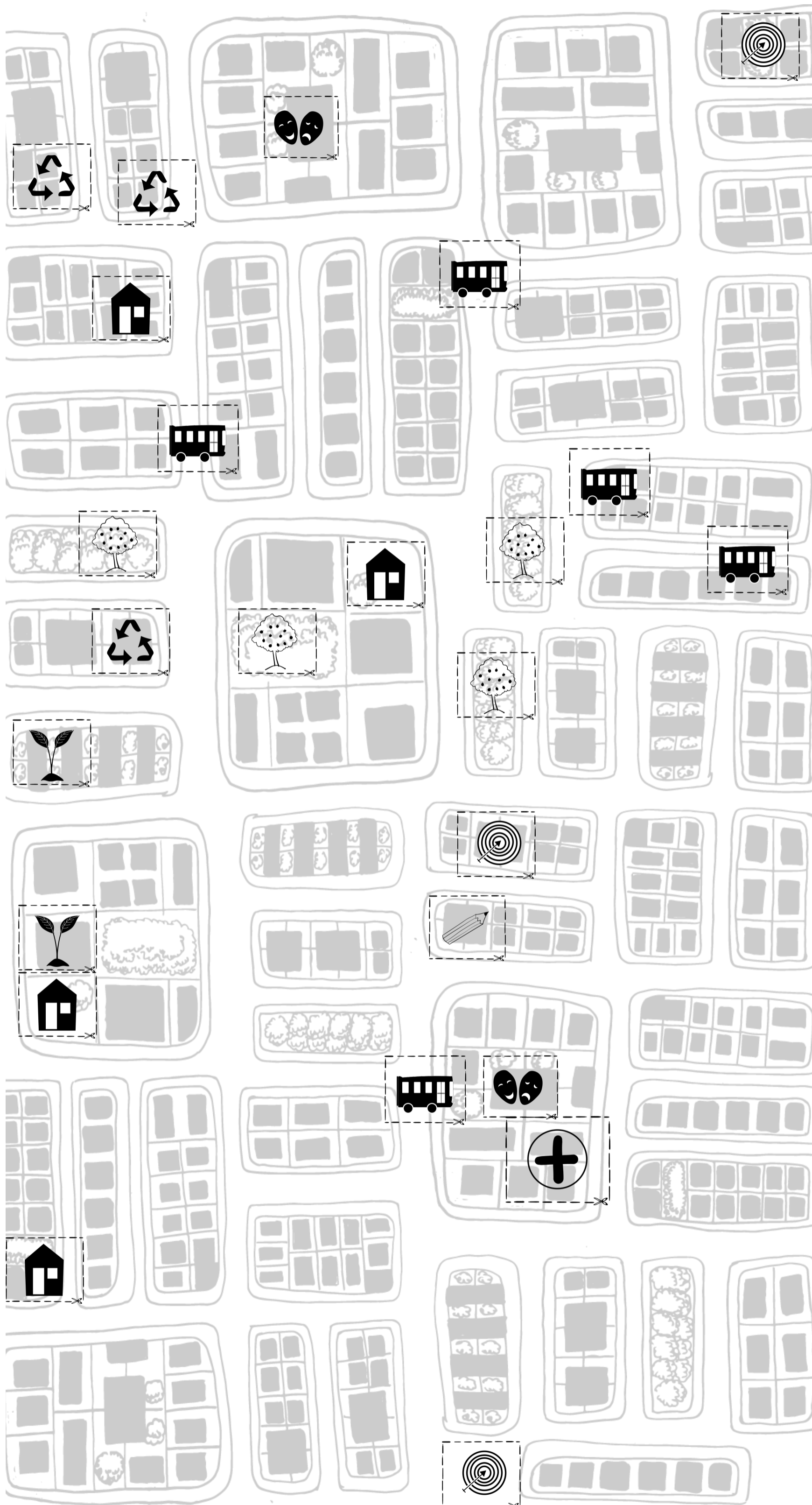


Espaços culturais e educacionais.



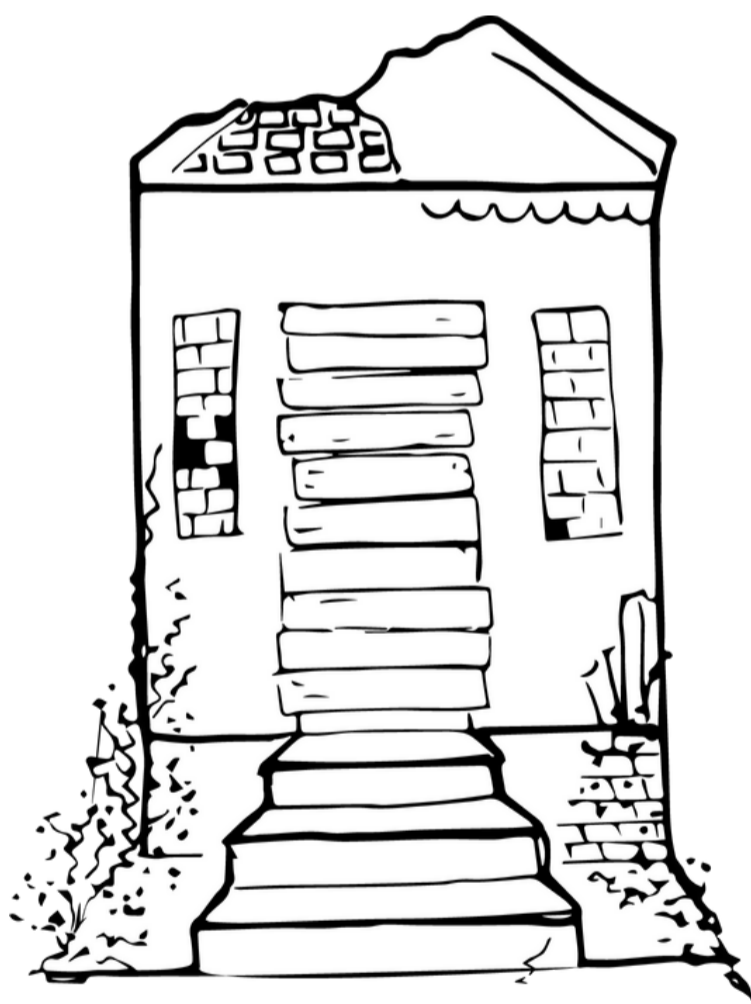
Pontos estratégicos para mobilidade, estações de trem e metrô.

COM OS ÍCONES SEU MAPA PODE FICAR ASSIM

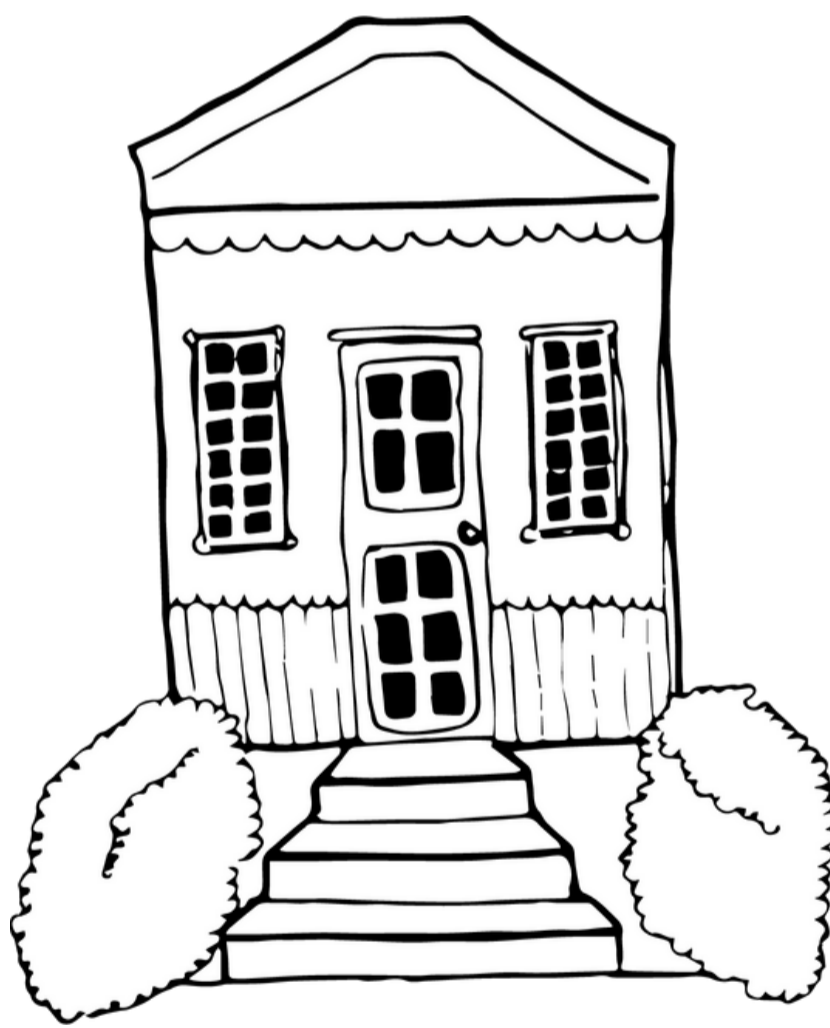


ÍCONES PARA MONTAR SEU MAPA

Nesse processo de mapeamento também é importante fazer um levantamento do histórico do bairro e da casa ou terreno a ser utilizado. Esse aspecto é essencial para que tenhamos conteúdo suficiente e consistente para justificar nossa permanência no território. O processo de ocupação na maioria das vezes oferece ao bairro um nova movimentação, traz mais vida ao espaço que antes estava abandonado e pode aumentar a sensação de segurança da comunidade.



antes da ocupação



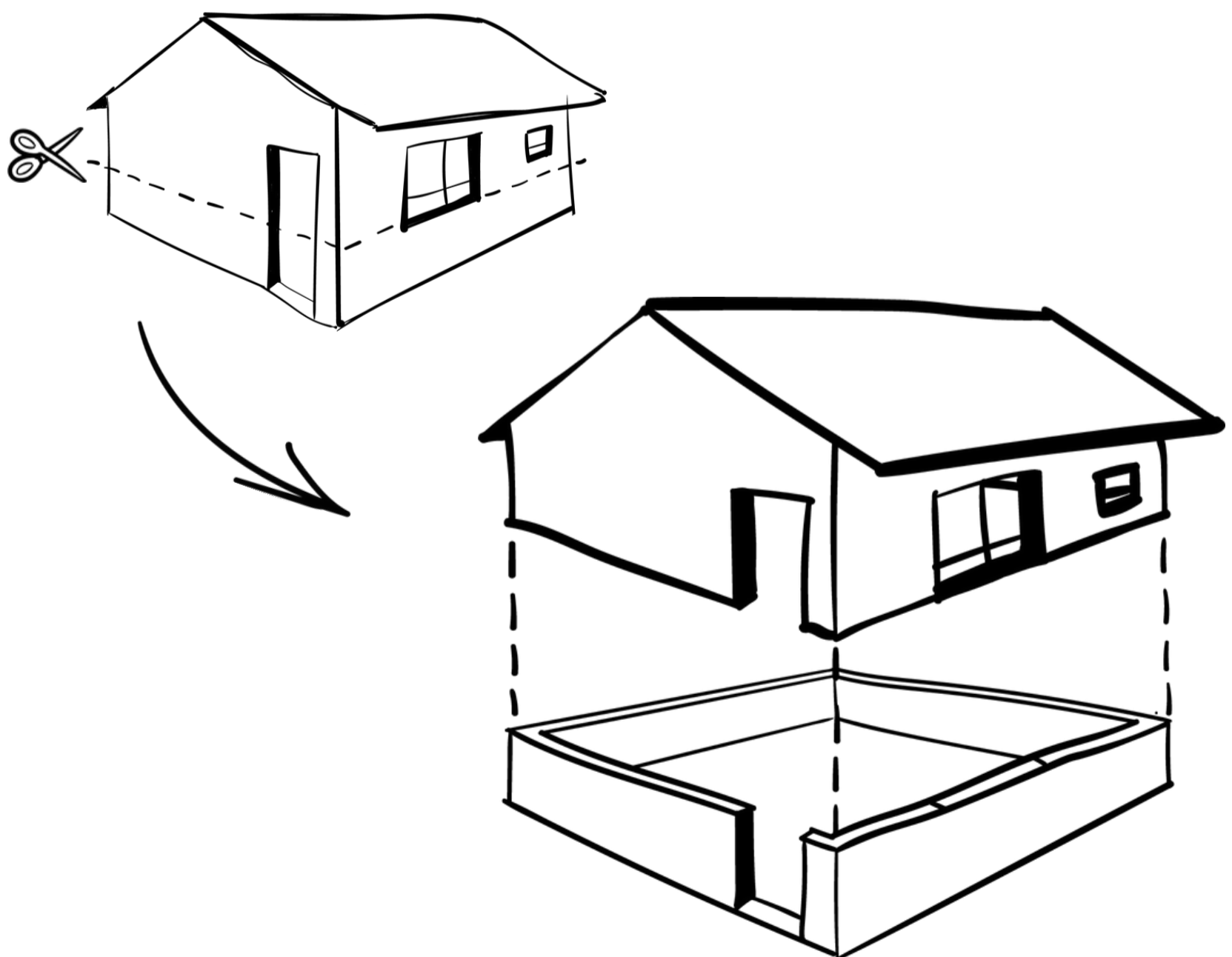
depois da ocupação

PLANEJANDO NOVOS ESPAÇOS



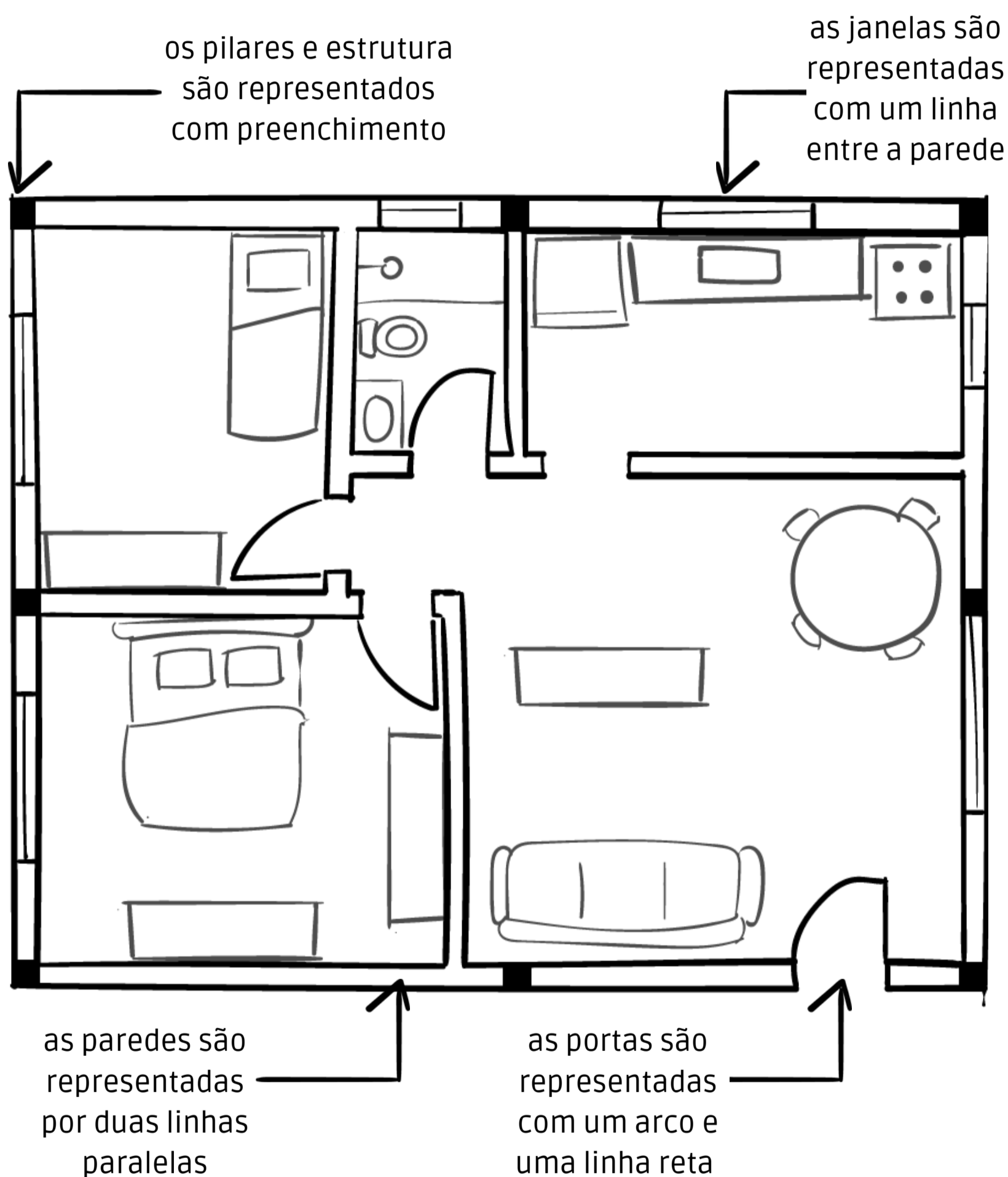
PLANEJANDO NOVOS ESPAÇOS

Existem três formas básicas de representar a ideia de uma casa. Primeiro a planta baixa: é como se cortássemos as paredes da casa na horizontal a mais ou menos 1,50m de altura. Ao desenhar o espaço assim podemos visualizar os ambientes e a posição das portas e janelas.



PLANEJANDO NOVOS ESPAÇOS

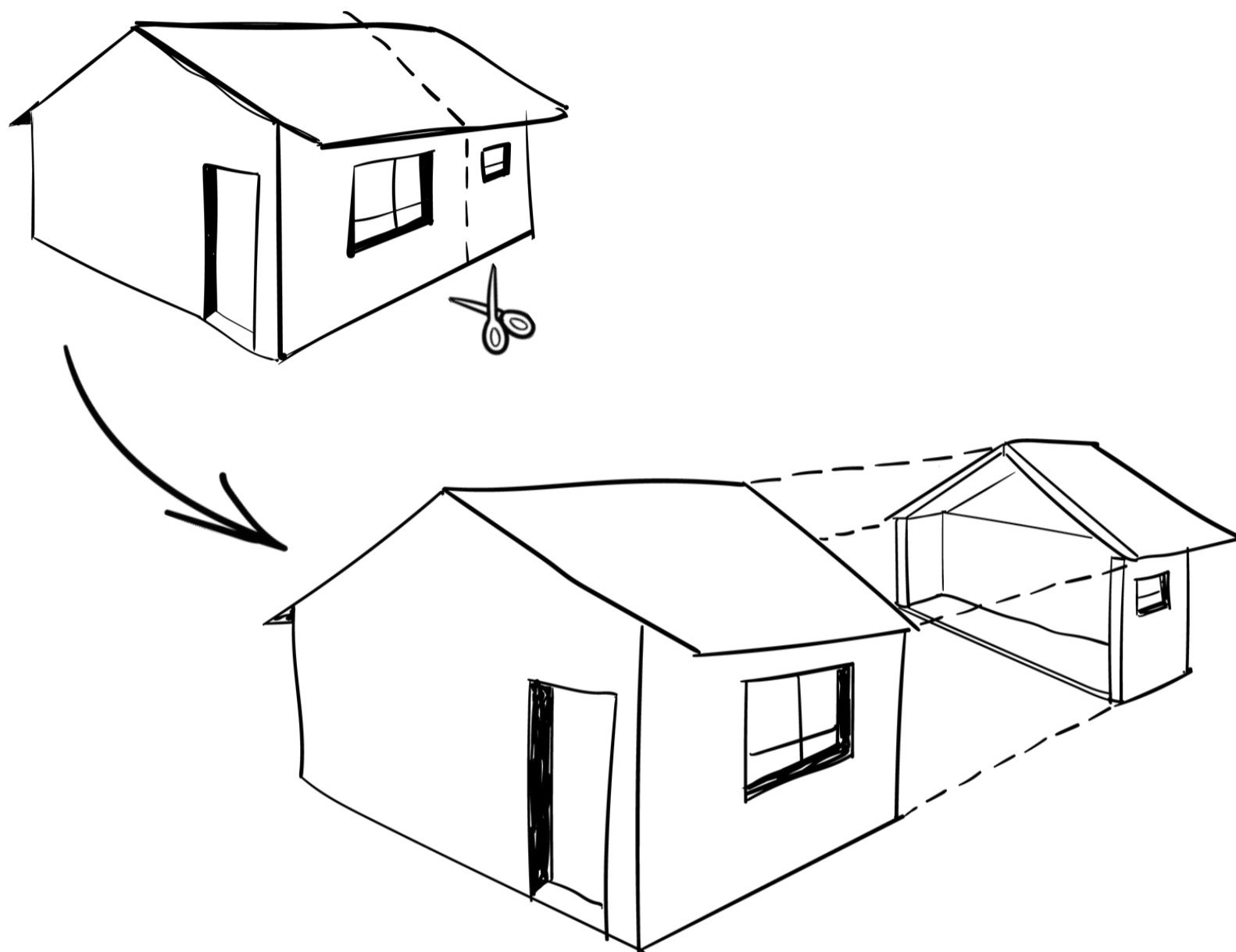
A partir desse desenho podemos identificar as funções de cada ambiente, imaginar como estarão organizados e pensar no posicionamento dos móveis e eletrodomésticos.



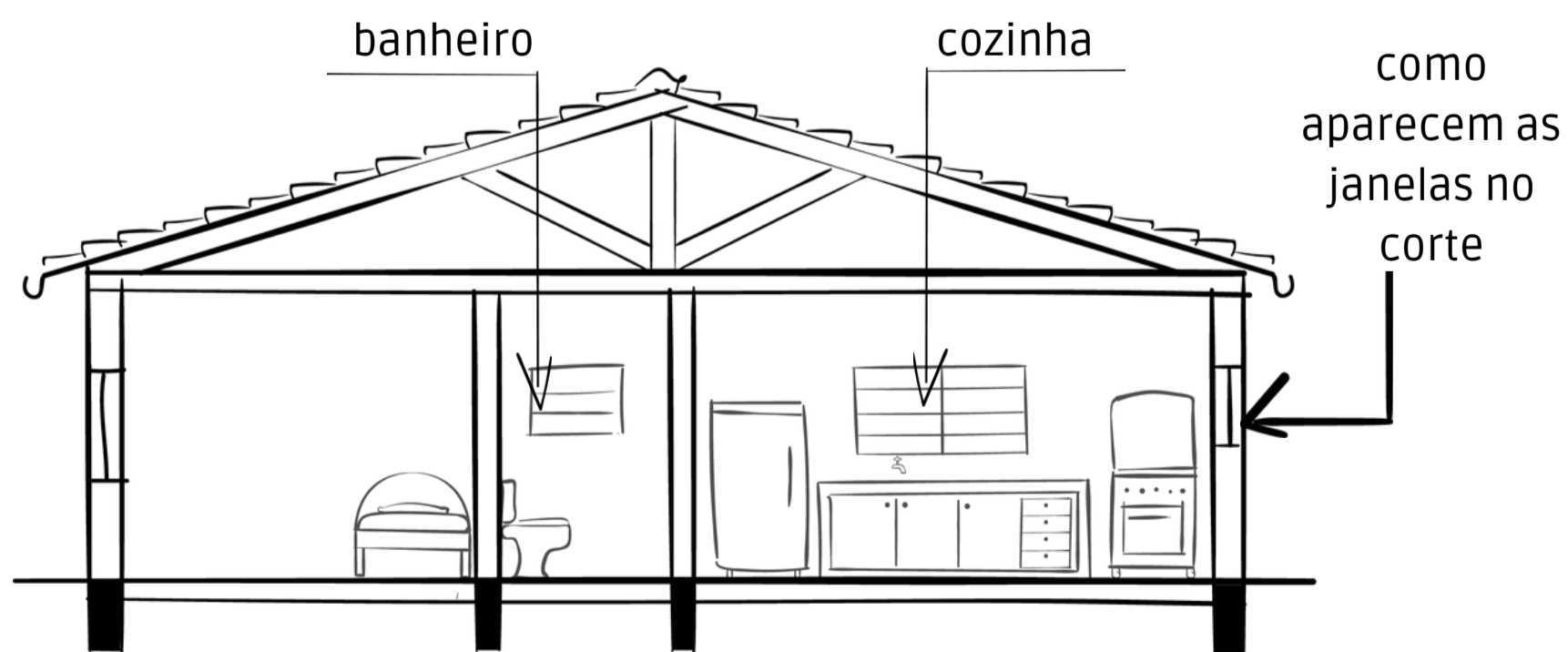
Ainda através da planta baixa podemos identificar onde estão posicionadas as paredes estruturais ou colunas e pilares. Assim podemos abrir uma porta ou janela ou até mesmo tirar uma parede para ampliar o espaço com segurança.

PLANEJANDO NOVOS ESPAÇOS

A segunda forma de representação seria o corte. Da mesma forma que na planta baixa, nesse tipo de representação imaginamos que estamos recortando a casa, só que dessa vez na vertical.

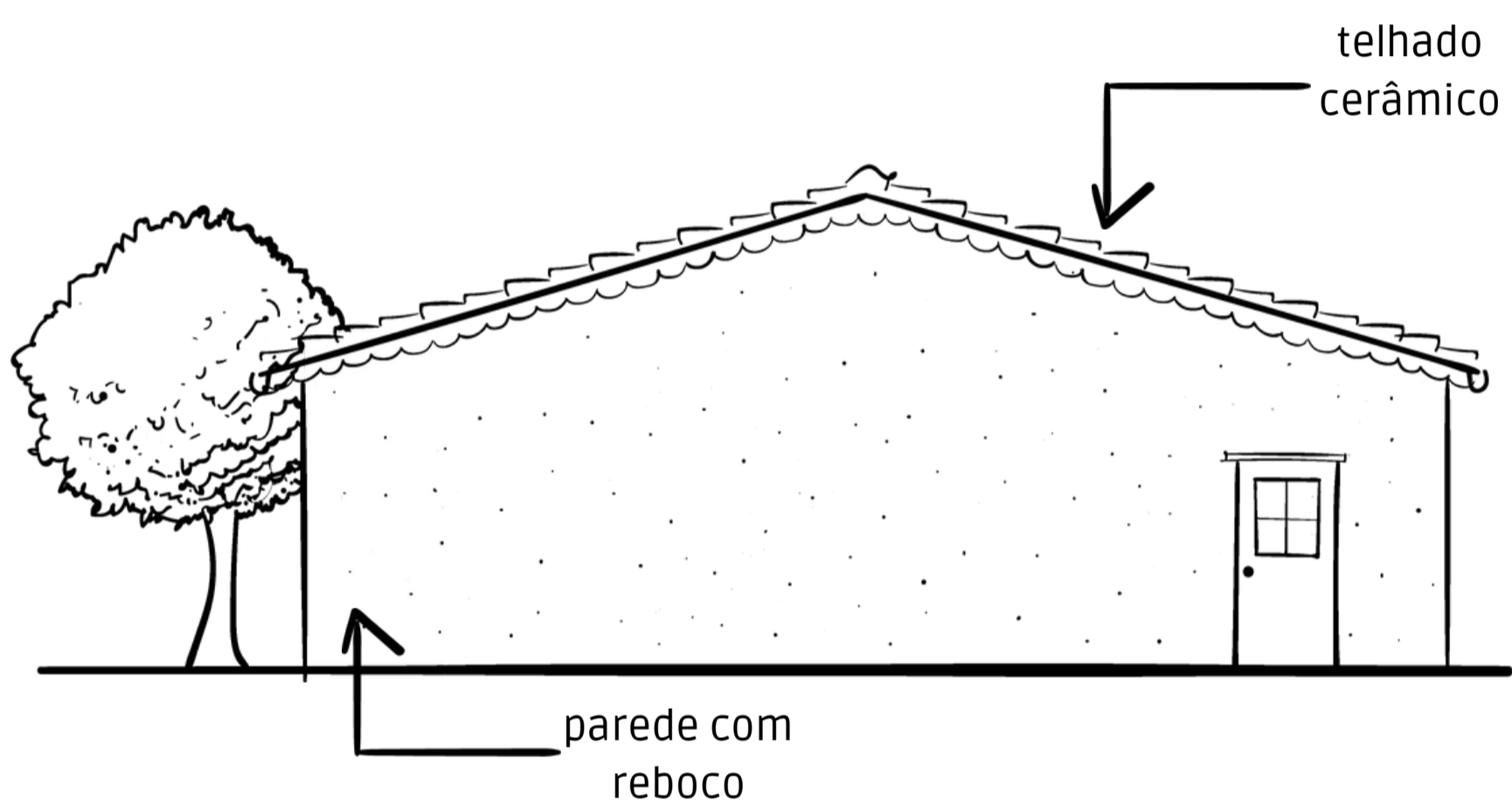


Através do corte podemos identificar altura das paredes, laje, telhado, portas, janelas e indicar os pontos de água e luz. Aqui é importante mostrar as áreas de banheiro, cozinha e lavanderia.



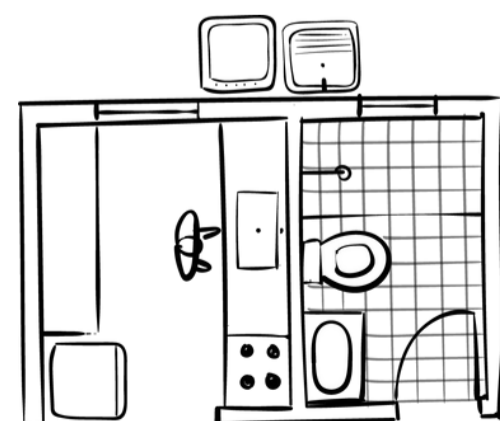
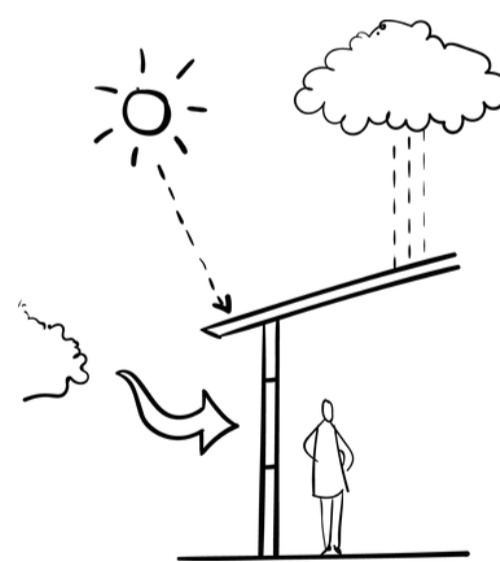
PLANEJANDO NOVOS ESPAÇOS

A terceira forma de representação é uma vista, nela visualizamos a construção a partir de fora da casa e através dela podemos ter uma ideia geral de como a casa ficará, identificando os acabamentos e as aberturas. Podemos também ter uma noção do espaço exterior e as diferentes volumetrias do entorno.

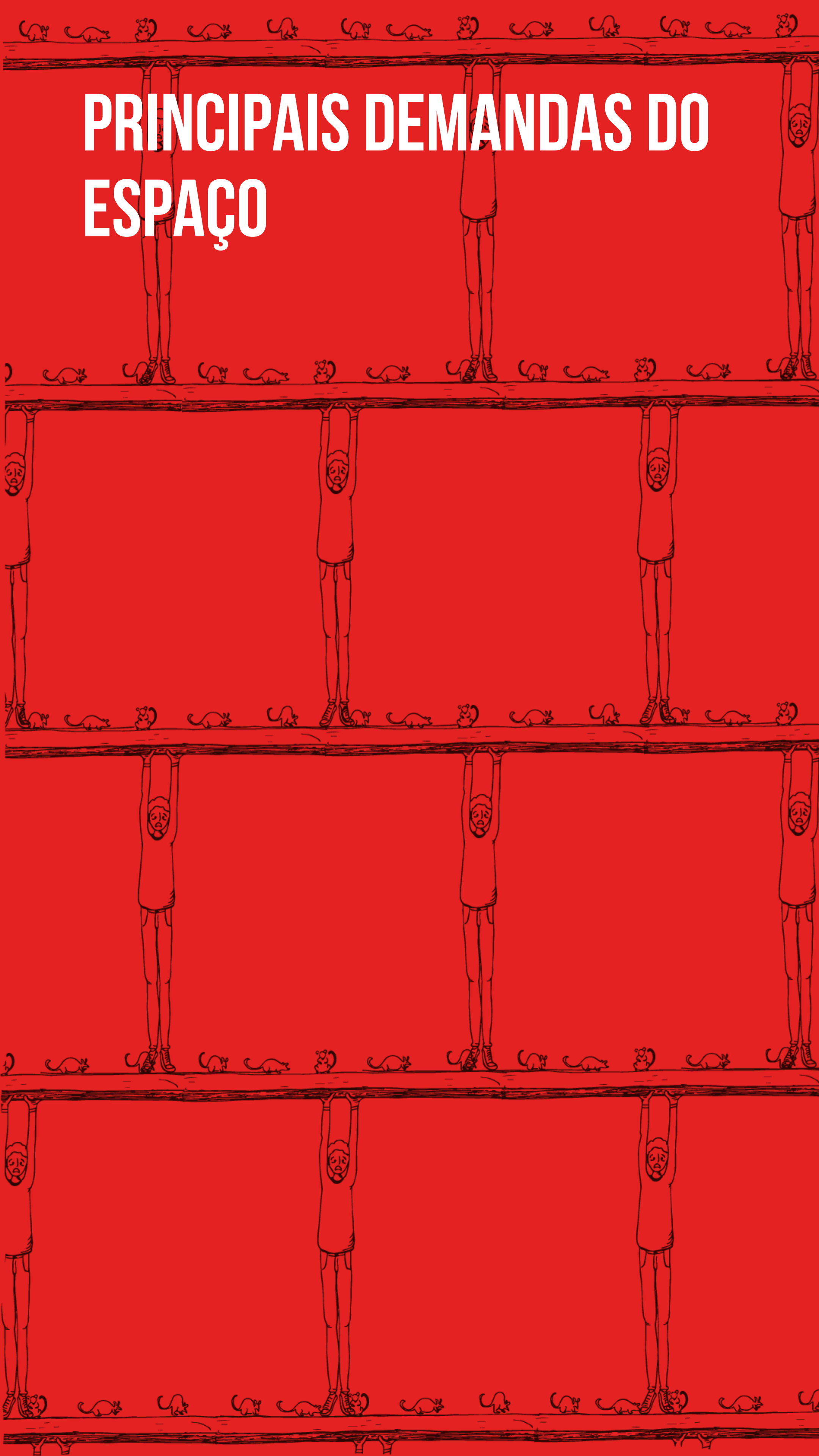


No processo de planejamento é importante:

1. Criar abrigo de sol, chuva e vento. Da mesma forma aproveitar esses recursos naturais ao pensar na posição de portas e janelas.
2. Aproximar paredes hidráulicas, ou seja, planejar cozinha, banheiro e lavanderia próximos um do outro.



PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO



PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO

Ao ocupar uma casa ou prédio devemos fazer um levantamento das condições estruturais do mesmo para entender se existem riscos de desabamento, por exemplo, e quais medidas podem ser tomadas para diminuí-los. Podemos começar por algumas perguntas básicas:

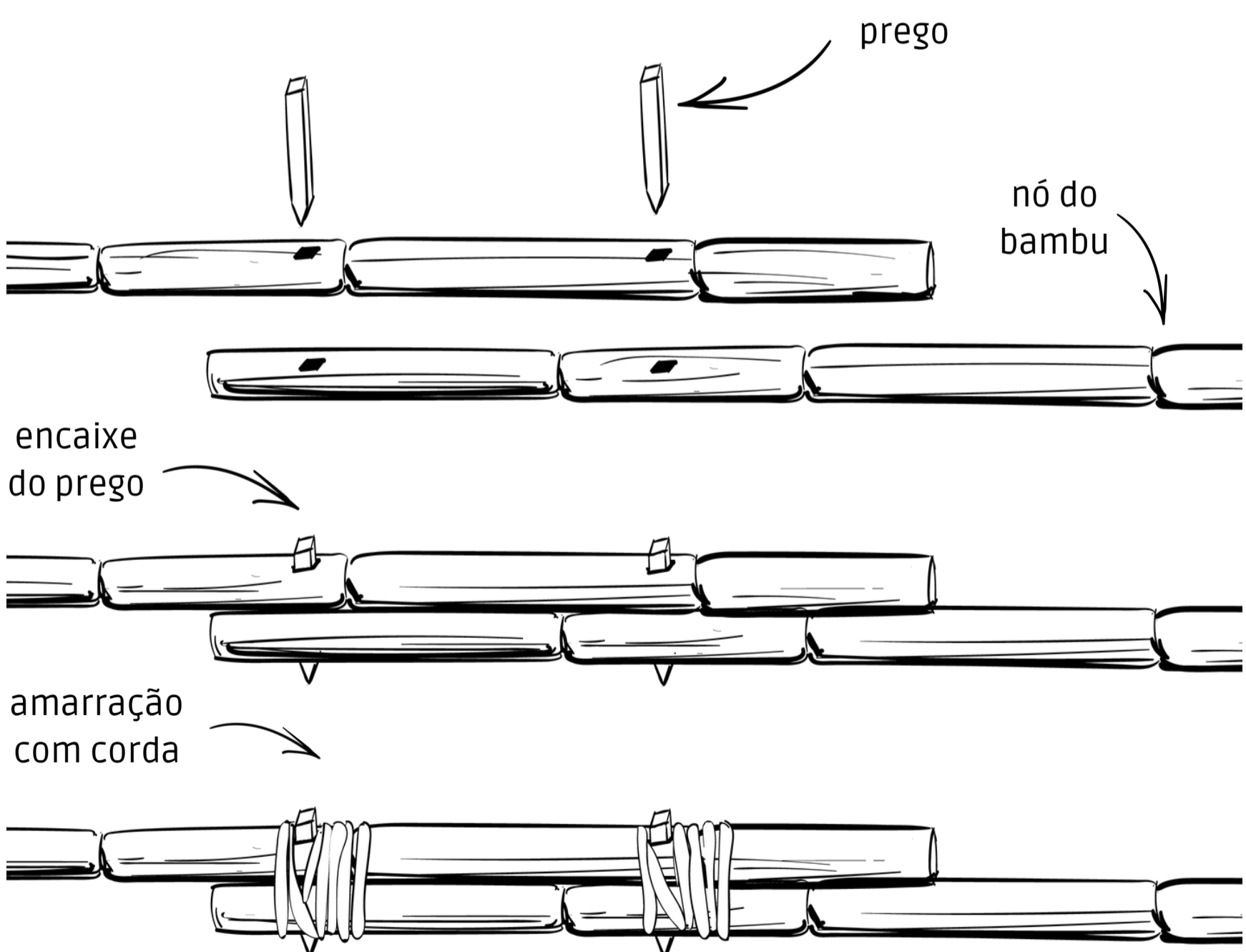
1. Existem rachaduras nas paredes?
2. A casa é de laje ou de telha?
3. As estruturas são de madeira ou concreto? Há pontos apodrecidos ou corroídos nessas estruturas?
4. Existem pontos de umidade, goteiras, ou acúmulo de água na laje?
5. Algum elemento construtivo ou estrutural apresenta instabilidade? (aparenta estar solto, fora de prumo como as paredes ou reboco desprendendo)



PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ESTRUTURA

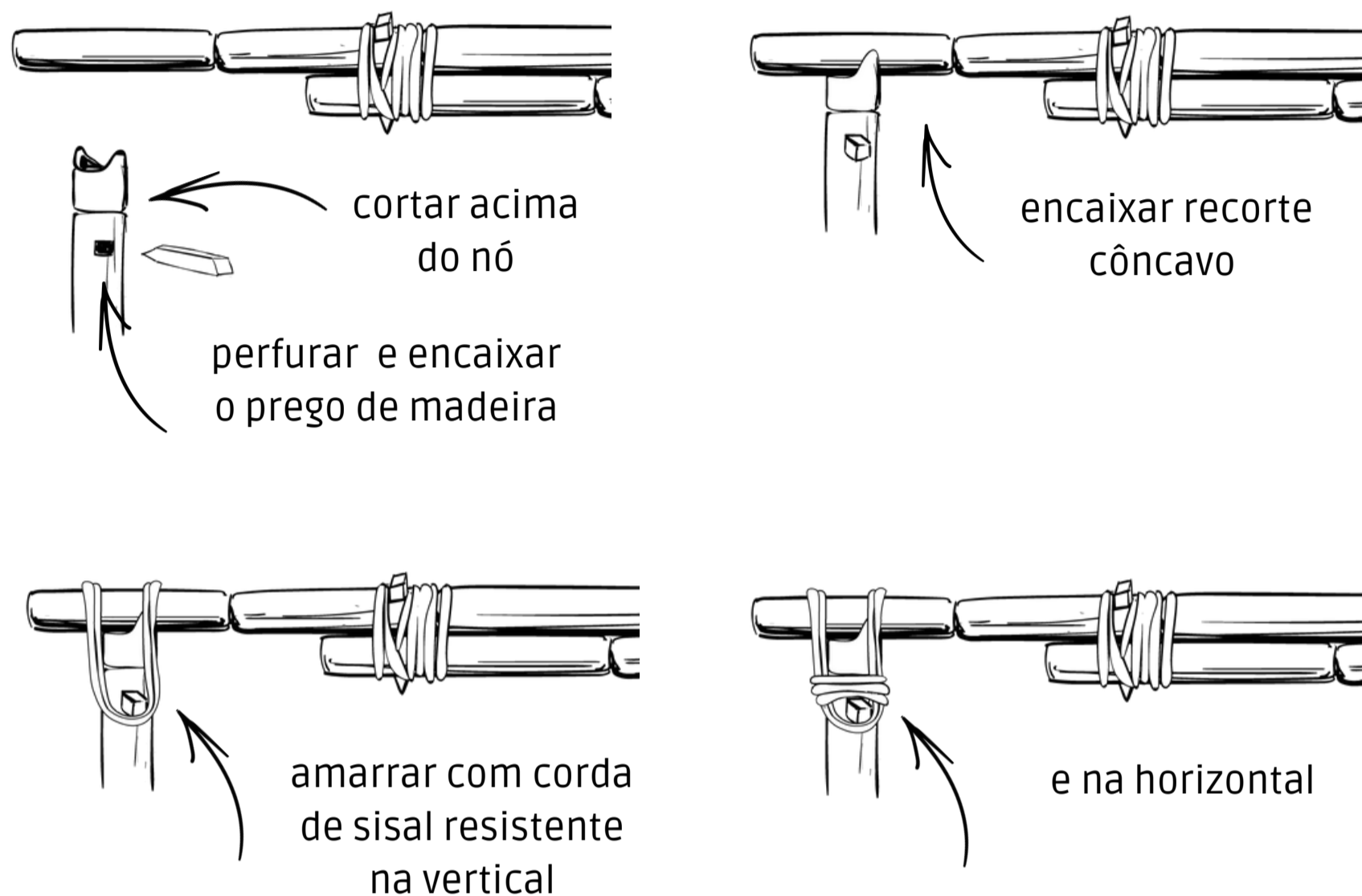
Podemos reforçar as estruturas de **madeira** ou criar novas usando bambus tratados. Abaixo exemplificamos uma maneira de reforçar a estrutura.

Essa técnica de amarração resiste a uma carga grande, ideal para ajudar a segurar um telhado, por exemplo. Devemos fazer pregos de madeira rígida e perfurar dois bambus paralelamente na mesma dimensão desses pregos. Essas perfurações devem ser feitas sempre próximas ao nó do bambu, local de maior resistência. Assim, encaixamos os pregos em dois bambus paralelos e enrolamos com corda de sisal ou outro material resistente, evitando que se desloquem.



PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ESTRUTURA

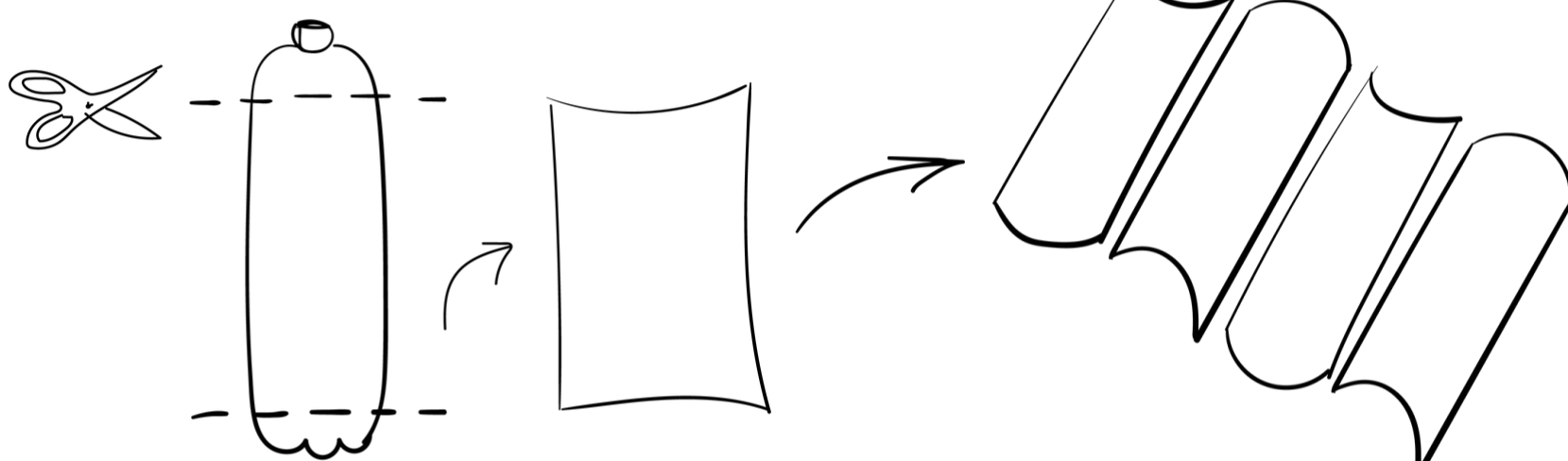
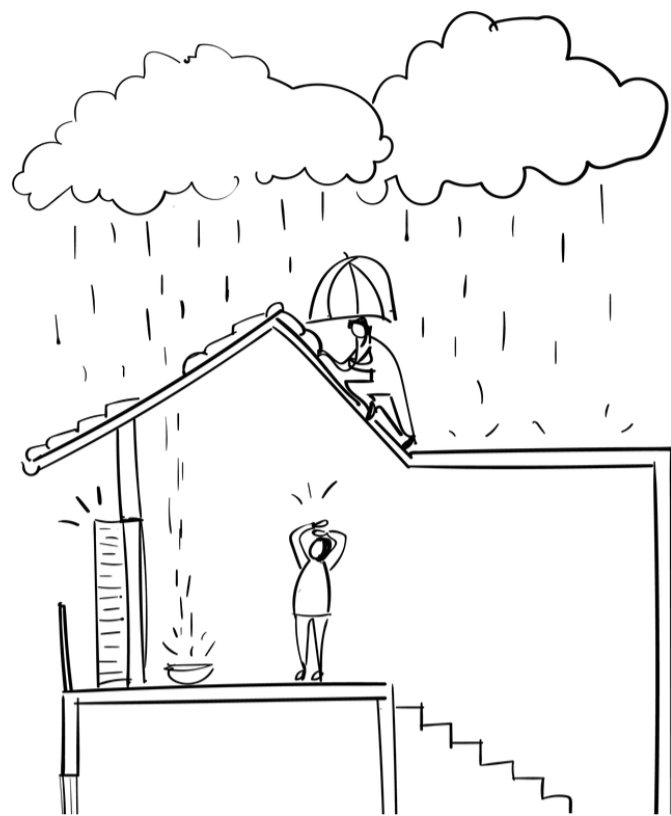
Já a conexão de vigas e colunas em bambu podem ser feitas da seguinte forma:



Atenção! Antes de usar o bambu é preciso seguir algumas orientações importantes para garantir a qualidade e durabilidade do mesmo na construção. Sugerimos a leitura do "Manual do Arquiteto Descalço" para maiores informações.

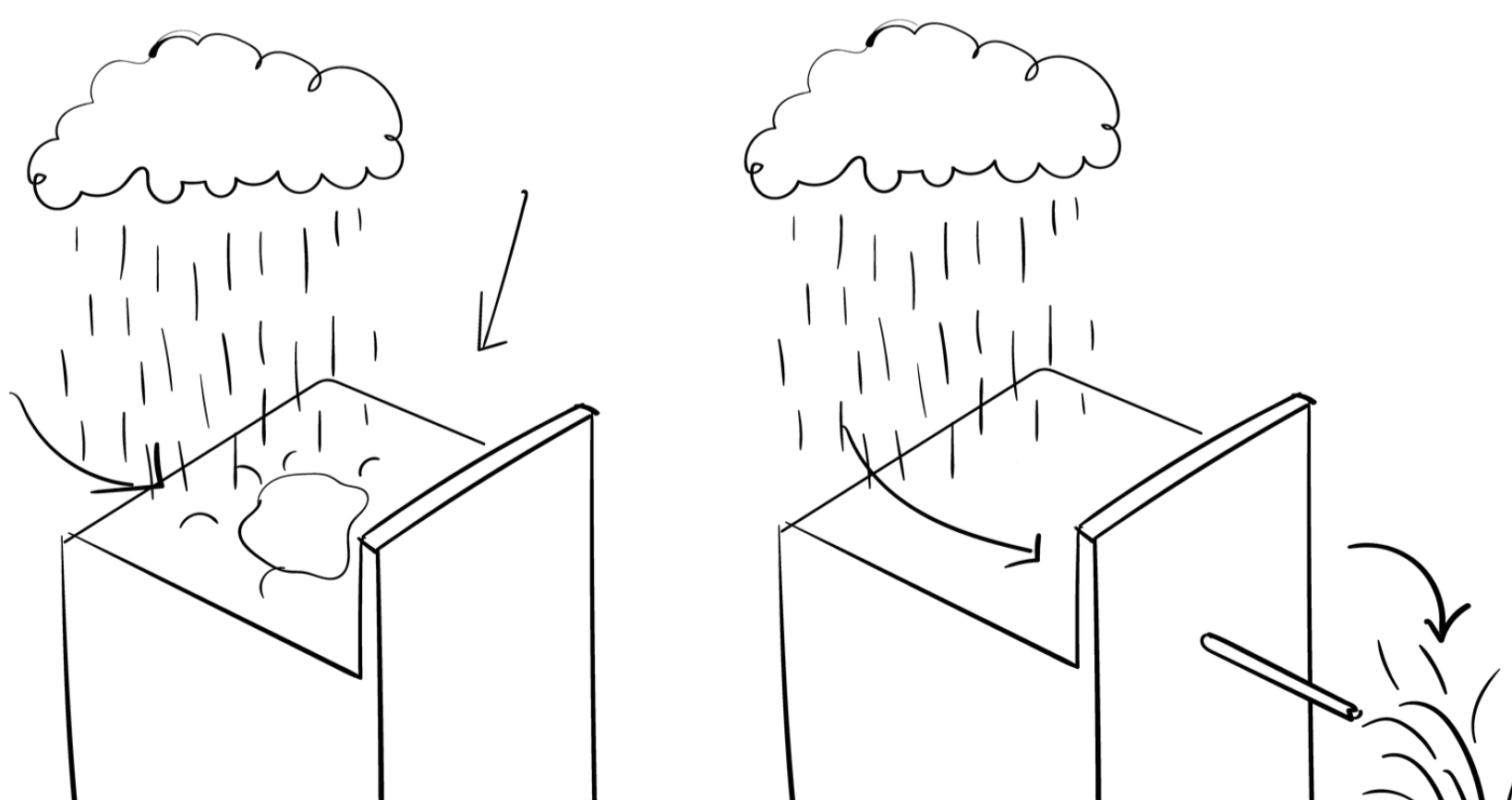
PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ESTRUTURA

Após resolver a estrutura podemos pensar no telhado ou laje. Buracos nas telhas podem ser remendados com garrafas pet ou caixas de leite. Bambus cortados pela metade podem ser utilizados para criar coberturas.



Nos casos de lajes onde há acúmulo de água, o ideal seria nivelar com contrapiso e prever inclinação para escoamento da água.

Em casos de laje fechadas com muro, platibandas ou guarda-corpo que obstruam a saída da água deve-se instalar tubulações para permitir a saída de água.

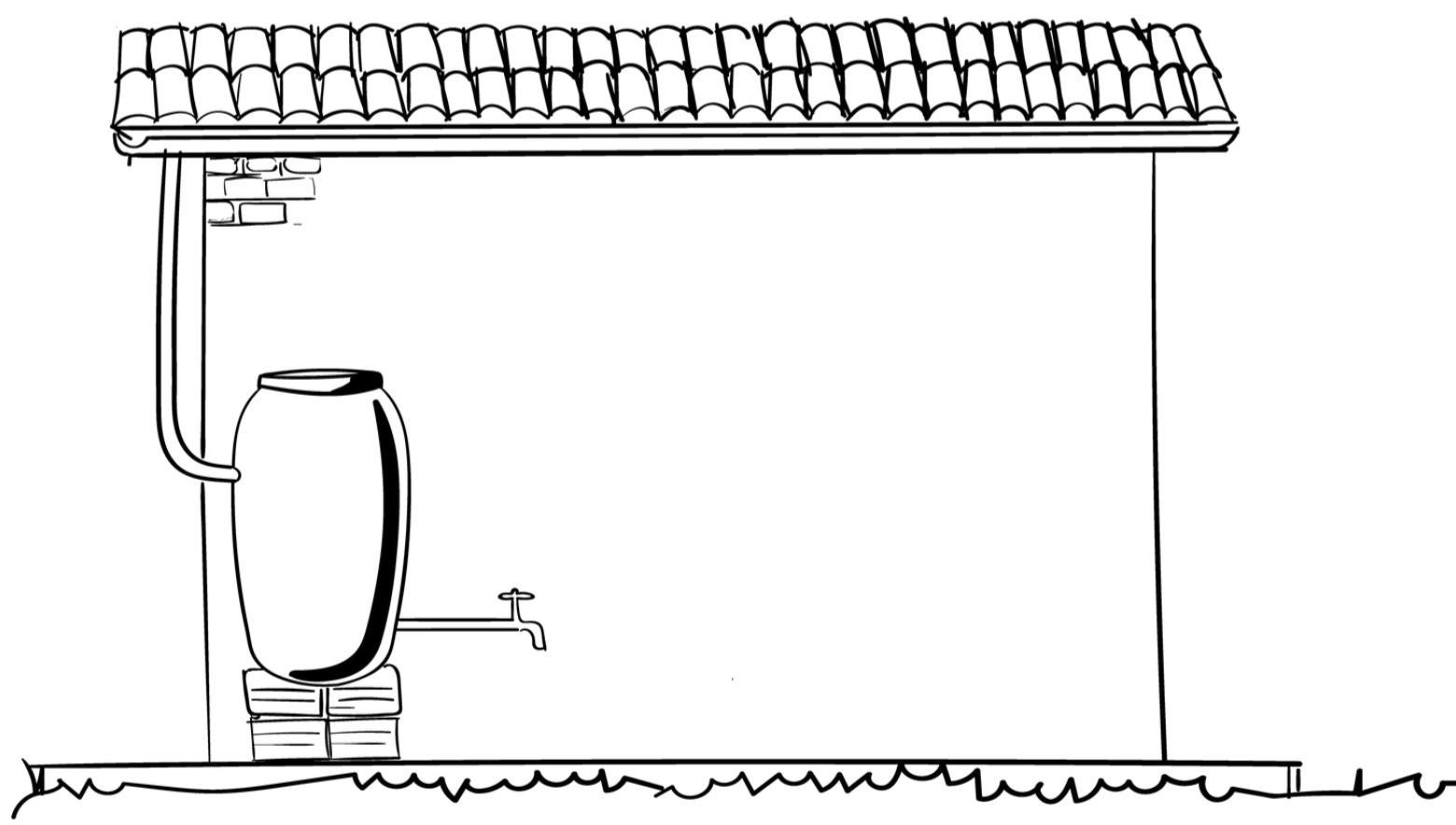


PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ÁGUA

Além da segurança estrutural é provável que nos perguntemos sobre o abastecimento de água. Dependendo de quanto tempo a casa ou o prédio estiver desocupado, além de estar sem abastecimento d'água as instalações podem estar comprometidas.



1. Verificar os encanamentos de abastecimento de água.
2. Criar estratégias para captação, tratamento e reutilização da água.
3. Alternativas sanitárias que usem menor recurso possível e que garanta independência do serviço tarifado.



Para reutilização começamos com a instalação de calhas para coletar água da chuva.

PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ÁGUA

A água coletada da chuva pode ser armazenada em bombonas ou grandes tambores reutilizados desde que limpos e em boa condição de uso. Devem ser mantidos fechados e a água utilizada o mais rápido possível. O tratamento consiste no uso de filtro, cloro e se for consumir necessita ser fervida antes.



Para o descarte das águas da pia da cozinha e do banho, por exemplo, podemos optar pelo círculo de bananeiras (no caso da casa térrea). Nele fazemos um processo de filtragem das águas e ao mesmo tempo produz-se alimento.



Círculo de bananeiras

PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ÁGUA

Uma alternativa para quando há pouca água disponível e não existe um conexão com o esgoto tratado é o banheiro seco simplificado, de fácil execução e manutenção. Ele dispensa o uso de água limpa para se desfazer dos dejetos.



O cocô deve ser coberto com serragem, cinzas e areia para neutralizar os odores. O xixi deve ser feito separadamente no compartimento específico.



PRINCIPAIS DEMANDAS DO ESPAÇO - ÁGUA

O cocô coletado deve ser sempre armazenado em bombonas e depois de cheia ela deve permanecer lacrada por 180 dias para passar por um processo natural de higienização e neutralização química. Depois disso pode ser usado como composto orgânico, pois terá o mesmo aspecto que uma terra para plantio. Lembra do círculo de bananeiras? Essa terra pode ser depositada ali.



Já o xixi, deve passar por um período de descanso de no mínimo 45 dias, esse período é necessário para neutralizar microorganismos nocivos. Seu descarte é mais complexo, o ideal é que seja destinado ao esgoto convencional. Caso não seja possível, após esse período pode ser descartado longe de rios, nascentes e com terra em abundância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este manual ilustrativo exemplifica algumas soluções construtivas adaptadas ao contexto de uma ocupação, dentre as tantas que podem existir, não limitando as possibilidades de intervenções. Espera-se que ele possa contribuir para resolução de problemas do dia-a-dia. Recomendamos sempre a ajuda de um arquiteto ou profissional da construção civil para melhor assessoramento técnico, já que as informações contidas aqui estão em desenvolvimento. Existe uma lei (11.888/2008) que assegura o direito às pessoas de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita. Você pode buscar universidades, coletivos e profissionais que ofereçam assistência técnica de arquitetura e construção civil.

ONDE CONSULTAR



@arquiteturaperiferia



@fio_assessoria



@atico.ifsp



@ruina.arq



@comunaltaller



OCUPAR



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

**CURSO DE ARQUITETURA E
URBANISMO**

**PEQUENO MANUAL PARA OCUPAÇÕES URBANAS:
AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DA
OCUPAÇÃO DA CASA DE REFERÊNCIA PARA MULHERES
HELENIRA PRETA**

ANA CAROLINA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

**CURSO DE ARQUITETURA E
URBANISMO**

**PEQUENO MANUAL PARA OCUPAÇÕES URBANAS:
AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DA
OCUPAÇÃO DA CASA DE REFERÊNCIA PARA MULHERES
HELENIRA PRETA**

ANA CAROLINA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Rodrigues da Cunha.

Coorientadora: Profa. Dra. Celine Felício Veríssimo.

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

**CURSO DE ARQUITETURA E
URBANISMO**

**PEQUENO MANUAL PARA OCUPAÇÕES URBANAS:
AUTONOMIA E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES DA OCUPAÇÃO DA
CASA DE REFERÊNCIA PARA MULHERES HELENIRA PRETA**

ANA CAROLINA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gabriel Rodrigues da Cunha – Presidente da Banca
UNILA

Profa. Dra. Celine Felício Veríssimo – Coorientadora
UNILA

Profa. Dra. Karine Gomes Queiroz
UNILA

Profa. Dra. Liza Maria Souza de Andrade
FAU/UnB

Foz do Iguaçu, 1º de agosto de 2022.

Dedico este trabalho às mulheres
trabalhadoras, às mulheres que fizeram
parte da minha criação, à Alice e
Valentina por me inspirarem todos os dias
a lutar, “amar e mudar as coisas”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador, Professor Dr. Gabriel Rodrigues Cunha e à orientadora, Professora Dra. Celine Veríssimo, pelo incentivo, por todos os ensinamentos, pelo ânimo contagiante, pela inspiração, pela compreensão e por toda ajuda oferecida agora e em todos os momentos da graduação.

Agradeço ao Movimento de Mulheres Olga Benário e as mulheres da Ocupação Helenira Preta pela confiança.

Agradeço a todos os professores e professoras do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pela paciência, amizade, pelo aprendizado, pelo incentivo e pela esperança de dias melhores. Professora Karine Gomes Queiroz, Professora Selma Passos Cardoso, Professora Cecília Maria De Moraes Machado Angileli, Professora Patrícia Zandonade, Professora Renata Silva Machado, Professora Andrea da Silva Moassab, Professora Paula Francisca Ferreira Da Silva, Professor Liebert Bernardo Rodrigues Ferreira Pinto, Professor Leonardo Dos Passos Miranda Name, Professor Tiago Souza Bastos, Professor Eduardo De Oliveira Elias, Professor Rodrigo Da Cunha Nogueira, Professora Juliana Rammé, Professora Camilla Massola Sumi, Professora Scarlet Karina Montilla Barrios, Professora Juliana Pires Frigo, Professor Lúcio Freitas, Professor Egon Vettorazzi, Professor Marcos Eduardo Vitorino Da Silva, Professora Laline Elisangela Cenci, Professor Marcos Vinicius Bohmer Britto.

Agradeço à Sandra Oliveira Brasil, mulher destemida, geógrafa incomparável, mãe e amiga amorosa, pelo apoio incondicional e por me incentivar a continuar os estudos. Agradeço meus avós Helena e Sandoval, pelo cuidado, pelo abrigo e pela ajuda incondicional. Agradeço às minhas tias-irmãs-mães Aline, Samara e Maria. Agradeço às minhas primas Alice Brasil Carneiro e Valentina Brasil Oliveira pelos ensinamentos, pelas brincadeiras, pelo carinho e pela amizade. Agradeço ao meu tio Vando e meu primo Vinícius pela amizade e carinho.

Agradeço à Liebert Bernardo, meu amor, meu amigo, meu cúmplice, por todas as conversas, por tudo que aprendemos e vivemos juntos e pelo que ainda vamos viver.

Agradeço às minhas amigas e meus amigos que estiveram juntos de mim durante os anos de UNILA. Agradeço à Junior e Ana Carla por terem topado essa aventura comigo. Agradeço a Gabriela, Gleyci e Agatha pela convivência maravilhosa.

Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas: o estudo de caso da Ocupação da Casa de Referência para Mulheres Helenira Preta

RESUMO

O ponto de partida deste trabalho é o estudo de caso da Ocupação de Mulheres Helenira Preta localizado em Mauá, São Paulo, que atualmente enfrenta graves problemas na infraestrutura física do prédio. A proposta é oferecer um Pequeno Manual para Ocupações Urbanas que concentre os conhecimentos técnicos de arquitetura, adaptado como crítica à atual dominação racista, capitalista e patriarcal por um lado, e por outro às formas cartesianas vindas da hegemonia eurocêntrica no pensar e no fazer da arquitetura e da cidade, e ainda desvinculada da dependência do Estado e do Capital através da ajuda mútua, solidariedade e autogestão. O trabalho se fundamenta a partir dos conceitos de autonomia e pedagogias decoloniais de Paulo Freire e Bell Hooks, e de processo participativo no combate à urbanização da pobreza, ocupações e reforma urbana de Pedro Fiori Arantes. O Pequeno Manual para Ocupações Urbanas integra várias dimensões: primeira, a conscientização de direitos (saúde, cidade, moradia, segurança alimentar, qualidade ambiental, etc), passo-a-passo de aplicação de tecnologia social, soluções projetivas bioclimáticas de baixo custo, entre outras, tendo em vista a autonomia e o empoderamento de mulheres na luta contra as violências do hétero-patriarcado branco. Segunda, capacitação com técnicas construtivas e do desenho arquitetônico não hegemônico, ilustrado de forma simples, acessível e didático e empregando conceitos obtidos da lei de assistência técnica em arquitetura para o direito à moradia digna e do direito a cidade, democratizando o conhecimento acumulado na universidade, expandi-lo para além dos seus muros. O público-alvo do manual são as mulheres em situação de vulnerabilidade social, em situação de violência, que vivem em ocupações, barracos ou favelas, em espaços e moradias autogestionadas nas cidades brasileiras, e seu papel é tornar, estas cidadãs, protagonistas da cidade e de suas próprias histórias, potencializando o poder das mulheres e sua autonomia.

Palavras-chave: *Moradia autogestionada; Pedagogias decoloniais; Autonomia; Tecnologia social; Empoderamento feminino; Ocupação de Mulheres Helenira Preta.*

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Apresentação	10
3. A Casa Helenira Preta.....	20
4. Criando um Manual.....	31
5. Considerações finais.....	46
6. Referências	48

1. Introdução

A base teórica do Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas tem como objetivo apresentar alguns dados sobre a questão da habitação na região central de São Paulo para evidenciar a dificuldade de acesso à moradia por mulheres pobres e negras, vítimas de violência doméstica, do sistema patriarcal e capitalista. Como alternativa, mulheres nessas condições quando obrigadas a saírem de casa para salvar suas vidas, buscam na maioria das vezes morar nas ruas ou ocupar prédios ociosos nas regiões centrais das grandes cidades. Na maior parte dos casos, são essas mulheres que lideram a luta por moradia digna e para que os prédios ociosos possam cumprir sua função social atendendo a alta demanda da população pobre e desabrigada. Para entender as necessidades e a situação em que os prédios ociosos são encontrados foi realizado um levantamento da situação da Ocupação Helenira Preta gerida e liderada por mulheres na região metropolitana de São Paulo, no ABC Paulista, na cidade de Mauá. A partir das necessidades elencadas por esse grupo de mulheres, foi possível elaborar algumas soluções estratégicas para manutenção e melhoramento da habitabilidade dos espaços ocupados e criar um manual para capacitar a execução de pequenos reparos.

Inicialmente serão apresentados alguns dados obtidos de estudos de movimentos sociais, organizações pelos direitos humanos, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revistas, sites e reportagens sobre os direitos das mulheres, assessoria técnica de arquitetura. Além disso, o caráter pedagógico e decolonial presentes nas teorias de Paulo Freire e bell hooks apresentam-se como base teórica importantíssima para a construção do Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas, assim como a abordagem profissional arquitetônica de Rodolfo Livingston, pois ilustram a construção coletiva do conhecimento e da prática transformadora.

No que diz respeito a prática de arquitetura e de projeto direcionado unicamente para capacitação de mulheres, apresentamos a principal referência prática, o projeto Arquitetura na Periferia. Enquanto a abordagem gráfica e pedagógica tem como fonte o Manual do Arquiteto Descalço, de Van Lengen.

A cidade

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
 Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
 Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
 Não importa se são ruins, nem importa se são boas
 E a cidade se apresenta centro das ambições
 Para mendigos ou ricos e outras armações
 Coletivos, automóveis, motos e metrô
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce
 A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
 Por aqueles que a usaram em busca de saída
 Ilusora de pessoas de outros lugares
 A cidade e sua fama vai além dos mares
 No meio da esperteza internacional
 A cidade até que não está tão mal
 E a situação sempre mais ou menos
 Sempre uns com mais e outros com menos

[...]

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
 Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
 Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu

[...]

Chico Science¹

¹ Chico Science, compositor pernambucano

2. Apresentação

A popular composição do cantor Chico Science, descreve de forma sintética a organização da cidade e as contradições impressas pelo capitalismo no modelo dualista de urbanização. O trecho *“O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas/Que cresceram com a força de pedreiros suicidas”* sintetiza como funciona o crescimento da cidade, baseado na desigualdade socioespacial, na exploração e na precariedade do trabalho.

No censo do IBGE de 2010 estimava-se que havia 20 mil prédios desocupados² somente no centro de São Paulo. Hoje, as organizações sociais por moradia estimam que sejam 40 mil prédios sem uso. Enquanto que em 2019 o Censo da População em Situação de Rua de São Paulo apontou que havia aproximadamente 24 mil pessoas em situação de rua³, mas nos últimos três anos esse número aumentou 27%. O Movimento Estadual de Moradores de Rua do Estado de São Paulo afirma que o número de pessoas nessa situação é de 33.700 mil só na capital⁴. Reflexo das políticas excludentes e o corte de verba para programas sociais na gestão de Jair Bolsonaro, além do desemprego e da instabilidade econômica que o país sofre também por conta da pandemia Covid-19.

Boa parte da população que vive em situação de rua hoje foi despejada, perdeu o emprego e ou a família, em decorrência direta ou indiretamente da Covid-19. Segundo a organização Campanha Despejo Zero, durante esse período em São Paulo foram despejadas aproximadamente 6.279 famílias⁵. Mas hoje o número de pessoas ameaçadas de despejo na capital em decorrência da falta de políticas sociais, a pandemia e suas consequências, é de 45.183 famílias. Se esses despejos

2 Segundo dados do IBGE 2010 só no centro de São Paulo são 19.867 prédios desocupados, sem considerar os prédios subnotificados, mas segundo as organizações por direitos habitacionais hoje seriam aproximadamente 40 mil prédios abandonados na capital. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/moradores-de-ocupacoes-vivem-drama-de-despejo-em-meio-a-pandemia-da-covid-19>

3 Prefeitura de São Paulo divulga Censo da População em Situação de Rua 2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019>

4 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/moradores-de-ocupacoes-vivem-drama-de-despejo-em-meio-a-pandemia-da-covid-19>

5 Dados obtidos em documento da Campanha Despejo Zero. Segundo dados do Observatório de Remoções da USP que comparou dados com Instituto Polis o número de desocupações durante a Pandemia é de 794.

acontecerem estima-se que sejam aproximadamente 63.876 pessoas em situação de rua⁶.

A capital de São Paulo, referência para as cidades metropolitanas, já apresenta os resultados dos impactos do aumento dessa população, se mostrando incapaz de oferecer suporte a essas pessoas. Reflexo da política habitacional adotada pelo atual Presidente Jair Bolsonaro que se resume ao corte de 98% nas verbas públicas destinadas a programas sociais de moradia popular (Campanha Despejo Zero, 2022). Jair também reduziu em 70% a verba para assistência social, sendo que do valor total somente 43% foi repassado para Sistema Único de Assistência Social (Suas)⁷.

O número existente de abrigos hoje é insuficiente frente a crescente demanda de pessoas desabrigadas e a situação pode se tornar ainda mais caótica se os despejos previstos acontecerem. Os abrigos para pessoas em situação de rua apresentam graves problemas de salubridade, falta comida, não existe atendimento específico para famílias e os espaços de assistência nem sempre funcionam a noite, obrigando a população a dormir na rua. Ainda segundo a Campanha Despejo Zero, houve uma mudança do perfil nas pessoas que estão morando nas ruas. Hoje há mais mulheres, crianças, idosos e famílias inteiras sem suporte das políticas públicas de acolhimento e habitação.

Levantamentos realizados pela Fundação João Pinheiro apresentam que 60% das ocupações irregulares são lideradas por mulheres, ou seja, o equivalente a 15 milhões das ocupações irregulares no Brasil⁸. Em contrapartida estima-se que aproximadamente 75.410 mulheres sofreram com ações de despejo no período da pandemia. Essa prática autorizada pelo governo, desrespeita as medidas judiciais e as leis de proteção aos direitos da população, bem como Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU (Campanha Despejo Zero, 2022).

6 Dados disponíveis para consulta em: <https://www.campanhadespejozero.org/>.

7 Para mais detalhes consultar <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>

8 Informações apresentadas em: <https://marcozero.org/o-deficit-habitacional-e-feminino/>

Estudos das Secretarias Estaduais de Segurança Pública mostram também que muitas mulheres abandonam suas casas por sofrerem agressão física, psicológica e material. Com a pandemia Covid-19 houve um aumento de 20% no número de mulheres e crianças ameaçadas pela violência doméstica⁹. Já o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apresenta que o índice de homicídio de mulheres dentro de suas casas é de 39%¹⁰ expondo como o lar nem sempre é sinônimo de segurança. Esses dados ilustram a mudança do perfil das pessoas em situação de rua. Ameaçadas pela violência e sem abrigos especializados, há um aumento de mulheres e crianças sem abrigo e esse cenário não tem previsões de melhoria.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) existem atualmente no Brasil apenas 43 casas-abrigo destinados ao atendimento da mulher em situação de violência¹¹ e como vimos, não existe suporte nos abrigos comuns que possam oferecer o atendimento que essas mulheres e seus filhos precisam. No entanto, movimentos sociais liderados por mulheres têm tomado a iniciativa de criarem espaços destinados ao atendimento às vítimas de violência doméstica. Elas ocupam prédios e casas há muito abandonadas, acolhendo e prestando um serviço público necessário e ainda escasso.

Paradoxalmente, no centro da cidade de São Paulo onde há uma concentração de 40 mil prédios abandonados, novos empreendimentos imobiliários de micro apartamentos – antiga *kitnet* ou *studios* como vêm sendo nomeados recentemente – são constantemente construídos e comercializados por preços abusivos e claro, excludentes¹². A prática da privatização dos serviços básicos e a segregação socioespacial imposta pelo capital é a base da urbanização da pobreza (ARANTES, 2008). Um problema que permeia todas as cidades latino-americanas e dos demais países do sul global e que atinge diretamente as mulheres negras e pobres.

9 Dados obtidos através do monitoramento da violência doméstica baseado nas estatísticas das Secretarias Estaduais de Segurança Pública comparados com os mesmos dados no período de 2019 antes da Pandemia Covid-19. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>

10 Segundo Atlas da Violência 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/casa-um-espaco-para-o-feminicidio/>

11 Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo.html>

12 Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/cresce-numero-de-moradores-de-rua-e-de-empresendimentos-imobiliarios>

Além disso, o crescimento desenfreado da cidade é demarcado com a construção de novos prédios destinados para serem shoppings, restaurantes, supermercados, escritórios, bancos, estádios – símbolos do corporativismo capitalista – e construções superfaturadas de infraestrutura básica. Concomitantemente há o crescimento das favelas e das ocupações irregulares. Essa cidade improvisada, se sobressai na paisagem e delimita o desenho urbano, no que Pedro Arantes chama de urbanização da pobreza (ARANTES, 2008) fornecendo a força de trabalho para que o sistema capitalista funcione.

A cidade cresce desenfreadamente e as trabalhadoras continuam estagnadas economicamente, à mercê do trabalho precarizado, ao mesmo tempo fruto e causa do desenvolvimento capitalista, que enaltece e privilegia uns através do sofrimento e sacrifício da maioria. Hoje, o cenário no Brasil demonstra um retrocesso de 30 anos e aponta para a miséria. Estima-se que mais de 12% da população está desempregada¹³ e 58,7% vive em situação de insegurança alimentar. Dessa população 65% das famílias são chefiadas por pessoas pardas ou negras, quando mulheres, a dificuldade de acesso a alimentação subiu de 11% para 19% por terem menor poder aquisitivo¹⁴.

Segundo Villaça (2001), a segregação espacial por classes sociais é o que define a formação desigual das metrópoles brasileiras e essa desigualdade se apresenta também na dificuldade de acesso aos alimentos e serviços básicos de qualidade. As mulheres negras e periféricas são as que mais sentem as consequências¹⁵. Essa organização concentra as pessoas pobres nos lugares menos privilegiados e distantes das áreas de interesse da cidade enquanto a vida das classes média e alta dentro dos condomínios fechados e prédios de luxo, com aparatos de segurança e vigilância,

13 Além disso, quase 5% da população está entre o índice de desalentados, aqueles que não têm esperanças de conseguirem um emprego. Dados do IBGE disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

14 Pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional aponta que o índice de insegurança alimentar nas famílias chefiadas por homens subiu de 7% para 9%. As pesquisas foram comparadas com dados de 30 anos atrás revelando um índice pior por conta da falta de políticas sociais e a pandemia da Covid-19. Disponível: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/#:~:text=Em%202022%2C%2033%2C1%20milh%C3%B5es,pouco%20mais%20de%20um%20ano.>

15 A estrutura do capital e formação estratégica das metrópoles brasileiras afeta as mulheres negras e periféricas. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/02/mulheres-negras-moradoras-da-periferia-a-desigualdade-alimentar-tem-endereco/>

garantem o distanciamento do *outro*. Servindo ao capital, trabalhadoras e trabalhadores vivem em movimento pendular diariamente para ir e vir do trabalho, entre centro e periferia. Gasta-se em média pelo menos uma hora em cada deslocamento no transporte público, expostos a uma condição de vida precarizada e à violência por serem pobres, e na maior parte das vezes por serem pardas ou negras e mulheres¹⁶. A pobreza incomoda e para amenizar os efeitos da miséria crescente, fruto das iniciativas e dos avanços dos governos conservadores de direita, além da periferização são utilizados outros aparatos violentos para excluir a população negra e pobre da vista da cidade. Por exemplo, um caso que repercutiu em São Paulo em que o prefeito colocou pedras sob os viadutos para evitar que moradores de rua usassem aquele espaço¹⁷.

Ainda como exemplo dessa contradição, podemos observar a construção de mega empreendimentos e infraestrutura na cidade de São Paulo especificamente para receber os jogos da copa do mundo 2014 e atender às necessidades dos turistas e da classe média alta que se deslocou pela cidade para o evento. Durante esse período foram inúmeros os investimentos em muros e tapumes para esconder a pobreza e a irregularidade da cidade. Consequentemente, famílias mal remuneradas com programas sociais que mal chegavam à metade do valor do custo do aluguel na cidade de São Paulo foram removidas e ficaram sem lugar para morar. Essa transformação pode ser muito bem observada na região da zona leste, onde foi construído o estádio do Corinthians, assim como outros pontos a fragmentação da cidade é cada vez mais visível. Hoje, o que os moradores da região enfrentam é o reflexo da especulação imobiliária, o aumento nos valores dos aluguéis e da pobreza, e permanecem cada vez mais longe do centro da cidade onde trabalham.

O direito à cidade e o direito à moradia – presentes no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) que deveriam ser prioridade fundamentais para o bom funcionamento de qualquer cidade, passa longe de ser um ponto de investimento dos programas da administração pública. A qualidade de vida e o acesso aos serviços essenciais não passam, hoje mais do que nunca - vide as

16 Pesquisa Origem Destino 2017. Disponível em: http://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/arquivos/Ebook%20Pesquisa%20OD%202017_final_240719_versao_4.pdf

17 Para evitar moradores de rua, prefeitura instala pedras sob viadutos na zona leste de SP. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/para-evitar-moradores-de-rua-prefeitura-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp.shtml>

transformações políticas que estamos sofrendo com o avanço dos governos fascistas e ultraliberais - de outro tipo de mercadoria. O que importa é a garantia e a manutenção da propriedade privada. A acesso aos programas, megaeventos e a cidade como espaço de vivência só é disponibilizado em troca de lucro (HARVEY, 2013). E esse é mais um marco do processo desigual, racializado e gentrificado da urbanização.

O direito à moradia digna ainda é uma imagem distante, obscurecida pelos altos preços da terra na cidade, que é cara mesmo nas periferias, nos bairros com menor ou nenhuma amenidade (infraestrutura e serviços básicos). Boa parte da renda dos trabalhadores é destinada ao pagamento do aluguel¹⁸, condição de cerca de 17% da população brasileira, dentre os quais apenas 29% recebem até dois salários mínimos (FIRPO, 2020). Boa parte da população, que trabalha no mercado informal, não tem condições de financiar um imóvel e mesmo para quem tem um emprego fixo tem dificuldade no acesso aos programas para habitação própria.

Assim, verificamos que o problema central da falta de moradia digna para toda a população urbana não está no fato do número de moradias disponíveis ser insuficiente para toda a população. Prova disso é a quantidade de prédios desocupados, que no centro da cidade de São Paulo são aproximadamente 40 mil. Graças as organizações de luta por moradia digna, hoje, prédios abandonados estão sendo ocupados pelos movimentos sociais, a maioria deles liderados por mulheres. As ocupações pressionam as autoridades a criarem políticas para cumprir com a função social da terra nas áreas centrais e reivindicam o direito à moradia digna, previsto em constituição. A reforma urbana tema abordado por Ermínia Maricato (2015) é um passo essencial para que o acesso à cidade seja democratizado, este deve ser reestruturado a fim de garantir moradia e acesso aos demais direitos dos trabalhadores, como saúde, educação, cultura e lazer.

Vejamos dois exemplos de ocupações bem-sucedidas. A Ocupação Mauá (ver figuras 1, 2 e 3), localizada na região Central de São Paulo, que existe desde 2007 e hoje abriga 237 famílias onde antes era um Hotel abandonado desde 1978. A Ocupação

18 Fonte: Sérgio Firpo, de acordo com os dados obtidos na Pesquisa de Orçamentos Familiares, divulgado pelo IBGE, disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/pobres-concentram-despesas-com-aluguel/>

24 de julho, que existe desde 2016, também localizada na região central, abriga 123 famílias no antigo prédio do INSS que foi desocupado em 1976 e ocupado a primeira vez em 1997.



Figura 1 – Ocupação Mauá em 2012 (fonte: Danilo Ramos, 2012)

Fonte: <http://www.labcidade.fau.usp.br/morar-e-viver-na-luta-resistencia-reivindicacao-e-prefiguracao-nas-ocupacoes-em-sao-paulo/> Acesso em 25 de maio de 2021



Figura 2 – Solange Barbosa dos Santos em seu apartamento na Ocupação Mauá (Fonte: Daniel Arroyo/Ponte Jornalismo, 2018). Fonte: Ponte Jornalismo Ocupação Mauá. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/ocupacao-maua-ocupacao-nao-e-bagunca-historias-resistencia-e-disputa-pela-cidade-na-maua/> Acesso em 25 de maio de 2021



Figura 3 – Janela com cortina de Retalhos na Ocupação Mauá (Fonte: Daniel Arroyo/Ponte Jornalismo, 2018). Fonte: Ponte Jornalismo Ocupação Mauá. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/ocupacao-maua-ocupacao-nao-e-bagunca-historias-resistencia-e-disputa-pela-cidade-na-maua/> Acesso em 25 de maio de 2021



Figura 4 – Festa Junina na Ocupação 9 de julho (fonte: Julio Martins/Jornalistas Livres, 2019). Fonte: Jornalistas Livres. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vitoria-sem-teto-reintegracao-9-de-julho-e-extinta/>

Ambas as ocupações, são símbolos da tentativa de equacionar o número de prédios abandonados com a alta demanda por moradia, como bem pontua Talita Gonsales, pesquisadora do Observatório das Remoções e do LabJUTA (Laboratório Justiça Territorial) da UFABC (Universidade Federal do ABC). Mas não é só sobre garantia dos direitos e sobre a democratização do espaço urbano. Os prédios vazios contribuem para a desertificação das áreas urbanas enquanto as ocupações têm contribuído para a renovação e vivacidade da região central da cidade.

Por outro lado, a ocupação dos terrenos nas periferias impulsionou o surgimento dos bairros periféricos e permitiu o acesso à moradia pelas famílias pobres também através de muita luta e organização popular. Foram iniciadas principalmente nas décadas de 1970 e 80 – época em que os prédios do centro estavam sendo abandonados, e quem estava à frente desses movimentos e ocupações eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (ARANTES, 2008). Junto do povo, as CEBs viabilizaram não só os terrenos para as ocupações e apoio jurídico para as negociações com o Estado, como também ofereceu espaço para reuniões, associações dos moradores e contribuiu para a oferta dos serviços e infraestruturas nesses locais recém-ocupados. Ainda hoje, há mais de trinta anos do início das ocupações, muitas casas permanecem sem regularização, sem acabamento, sem estrutura de qualidade, muitas vezes oferecendo risco de vida aos moradores, seja pela sua localização em zonas de risco, seja pelo improvisado técnico insuficiente empregado na construção (ver figura 5).



Figura 5 – Rua Monte Sinai em 2009 (autor desconhecido). Fonte: <https://grupoterranova.com.br/projetos/vila-conquista-sao-paulosp/> acesso em 25 de maio de 2021

As cidades brasileiras expandiram-se de forma espraiada, como definiu Milton Santos. Característica desse tipo de expansão é a formação das periferias, fragmentação e dispersão separando-as dos pontos centrais ou da cidade formal (MAIA, 2010).

“A expansão das cidades brasileiras deu-se de forma espraiada como bem ressaltou Milton Santos já nos anos 80 do século XX. Esse espraiamento por sua vez configurou um tipo de cidade que se caracteriza pela periferização, fragmentação e dispersão. São constantes os grandes vazios urbanos encontrados entre a malha urbana e as novas ocupações. Se isto já era uma realidade desde os anos 1960 quando se iniciam as construções dos grandes conjuntos habitacionais nas cidades brasileiras em diferentes escalas, permanece como realidade atual. Muito embora os processos de urbanização apresentem particularidades, essa é uma tendência geral que se constata seja nas metrópoles, seja nas denominadas cidades médias. O período de rápido crescimento das cidades médias gerou sérias consequências, entre estas se destacam a precariedade da habitação e uma forte tendência à periferização.” (MAIA, Doralice, 2010, p.2)

Consequência da expansão espraiada, as ocupações irregulares desses terrenos ociosos as margens das cidades, longe dos centros de interesse da capital, crescem sem amparo técnico e vão sendo modificadas e ampliadas ao longo dos anos conforme as necessidades e as transformações na composição das famílias. Com o tempo, os bairros vão sendo adaptados às novas necessidades da comunidade e também ao crescimento não planejado.

A falta de acesso à qualidade espacial está diretamente associada à desigualdade social na cidade reflexo do classismo, racismo e sexismo estruturais da modernidade brasileira. A parcela da população que vive em condições precárias é enorme e boa parte dessas pessoas são mulheres. Por esse motivo é que, são as mulheres negras que representam 70% das lideranças nos movimentos organizados por acesso à moradia (GÓIS e VALLE, 2020).

Evidentemente, a falta de acesso à moradia digna que está diretamente atrelada à questão de classe, raça e gênero afeta diariamente as mulheres negras por serem as principais responsáveis pelo cuidado da casa, da alimentação, dos filhos, dos idosos, incapacitados e de seus companheiros homens, segregadas do mercado de trabalho e sobrecarregadas com o trabalho doméstico não remunerado (FEDERICI, 2019)¹⁹.

19 Estima-se que no Brasil 90% das mulheres exercem trabalho doméstico não remunerado e esse número se concentra naquelas que recebem menos de um salário mínimo (o que representa 94% da população). Essas mulheres correspondem a 40% das responsáveis pelas finanças da família. Dados do IPEA *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, baseado na (Pnad) do IBGE - 1995 à 2015.

3. A Casa Helenira Preta

O enfoque sobre a Ocupação Helenira Preta foi escolhido como caso empírico representativo da resistência espacial feminina na periferia urbana. Por um lado, para estimular o debate sobre o direito das mulheres à moradia, e por outro, para criar formas de autonomia e empoderamento feminino para moradia digna através da comunicação popular e representação arquitetônica de técnicas construtivas e soluções espaciais para as oprimidas.

A ideia é atrair visibilidade para esse trabalho que já vem sendo desenvolvido até hoje e que contribui para a discussão sobre qual deve ser o uso dos prédios abandonados nas cidades com enfoque nas necessidades da população feminina em situação de risco. As ocupações urbanas são uma forma de ter atividades e serviços básicos que deveriam ser ofertados pelo poder público como forma de amenizar de maneira simbólica a desigualdade social. São uma manifestação inerente à resistência e luta de mulheres jovens articuladas e unidas entre si como o mesmo propósito – uma vida digna. Para tal, e além da sororidade, trata-se de uma luta política que vê a importância do direito à cidade e da participação ativa nos espaços públicos de decisão, enquanto devolvem uma vida urbana nos espaços desumanizados e desertificados dos centros das grandes cidades.

Após o contato pessoal com a ocupação Helenira Preta logo no início da ocupação, em 2017 e tendo em conta as minhas experiências pessoais e acadêmicas nos últimos anos com temas relacionados à violência patriarcal na cidade, fizeram com que hoje, as lutas anti-patriarcado, anti-capitalista e anti-racista e sua articulação nos espaços e nos territórios, seja uma causa com a qual me identifico enquanto mulher e enquanto futura arquiteta. Luta esta, que me encoraja a dedicar-me através partilha do conhecimento sobre arquitetura e urbanismo, junto com as lideranças femininas negras. Foi a imensa vontade de aprender com as experiências dessas mulheres, principalmente no que diz respeito à autogestão, à resistência, aos laços de solidariedade criados nessas circunstâncias e como estas são aplicadas na prática cotidiana a fim de potencializá-las. Neste TCC, busquei ampliar os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas de Arquitetura V e Paisagem I cursadas na UNILA (ambas sobre reforma e ampliação de uma pequena residência e área externa

familiar) bem como o seu cruzamento com as disciplinas de crítica, história e tecnologias.

Desenvolver essas ações de assessoria podem contribuir diretamente para que o espaço tenha melhores condições para promover cursos, atividades e outras atividades que colaborem para a autonomia financeira das mulheres e para fortalecer a economia solidária e o seu empoderamento feminino face as violências do sistema patriarcal, racista e capitalista. Atualmente a ocupação já oferece oficinas, promove saraus, festas e opera um restaurante popular improvisado, para geração de recursos para manter o espaço que funciona com trabalho coletivo, auto-gestionado e autônomo dessas mulheres. No entanto, as condições físicas e estruturais do espaço coloca as usuárias do mesmo em risco. Essa é uma realidade comum em muitas ocupações, principalmente se tratando de construções que passam anos sem reformas e nenhum tipo de manutenção.

Helenira Resende de Souza Nazareth, ou Helenira Preta Rezende como era conhecida por seus camaradas, foi uma militante e guerrilheira do PCdoB que lutou contra a ditadura militar na década de 1960. Em 1972 com apenas 28 anos esteve na Guerra do Araguaia, onde foi torturada até a morte e seu corpo até hoje está desaparecido.

A Ocupação Helenira Preta que homenageia esta guerrilheira, é uma ocupação liderada por mulheres jovens com inclinações classistas, localizada no município de Mauá, região metropolitana de São Paulo, existe desde de 2017 e é mantida de forma independente através de trabalho voluntário de mulheres profissionais de diversas áreas diferentes e liderada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, que oferecem serviços de apoio à mulheres em situação de violência e correm risco de morte. Teve início com a ocupação de uma casa abandonada no centro de Mauá, era um prédio tombado e por isso a prefeitura entrou com pedido de reintegração de posse. Logo as negociações foram interrompidas e não houve indicação de um novo espaço para uso, assim, as mulheres do Coletivo Olga Benário optaram por uma nova ocupação que ocorreu no mesmo ano.

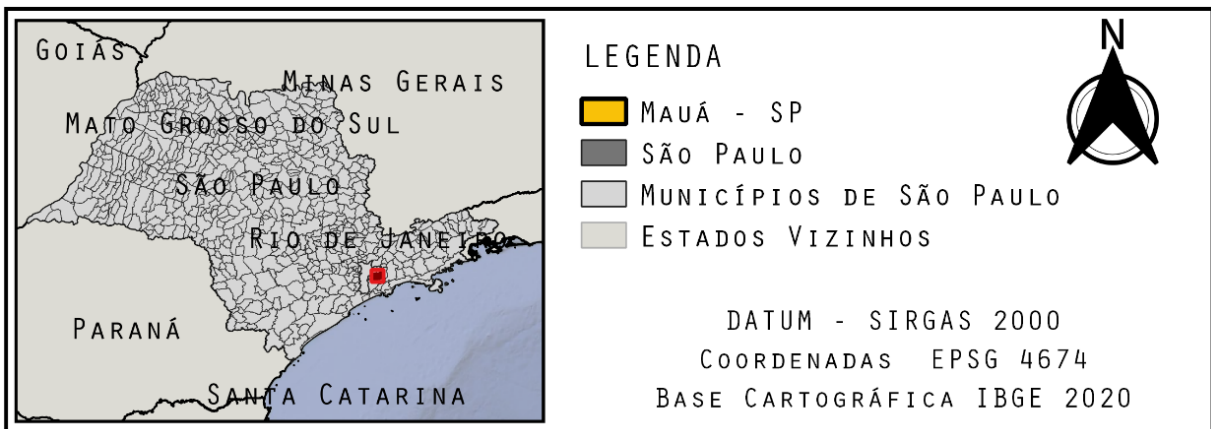


Figura 6 – Mapa Localização Município de Mauá – S. Paulo (elaborado pela autora)



Figura 7 – Primeiro prédio ocupado no centro de Mauá, SP (fonte: Movimento de mulheres Olga Benário, 2017) disponível em: <https://averdade.org.br/2019/07/casa-de-referencia-da-mulher-helenira-preta-completa-dois-anos/>

Nesse segundo momento a ocupação aconteceu num prédio abandonado onde funcionava uma antiga escola. Inicialmente a Helenira Preta ficou instalada nesse prédio, mas por questões de dificuldade de manutenção pelo tamanho do espaço que era muito grande, foi transferida para a casa que fica ao lado, no mesmo terreno e acoplada a esse prédio principal, espaço que servia de apoio às atividades da escola. No prédio da escola atualmente funciona a ocupação de moradia Manoel Aleixo, liderada pelo mesmo coletivo Olga Benário, e que inclusive abriga muitas mulheres que utilizam dos serviços oferecidos pela casa de referência Helenira Preta.

Os prédios onde hoje está localizada a Ocupação Helenira Preta e a Manoel Aleixo estão também bem localizadas no centro da cidade de Mauá, próximas a locais de interesse como a prefeitura, a estação de trem, o centro comercial da cidade onde acontecem atividades culturais e um shopping center com alta circulação de pessoas (ver figura 11).

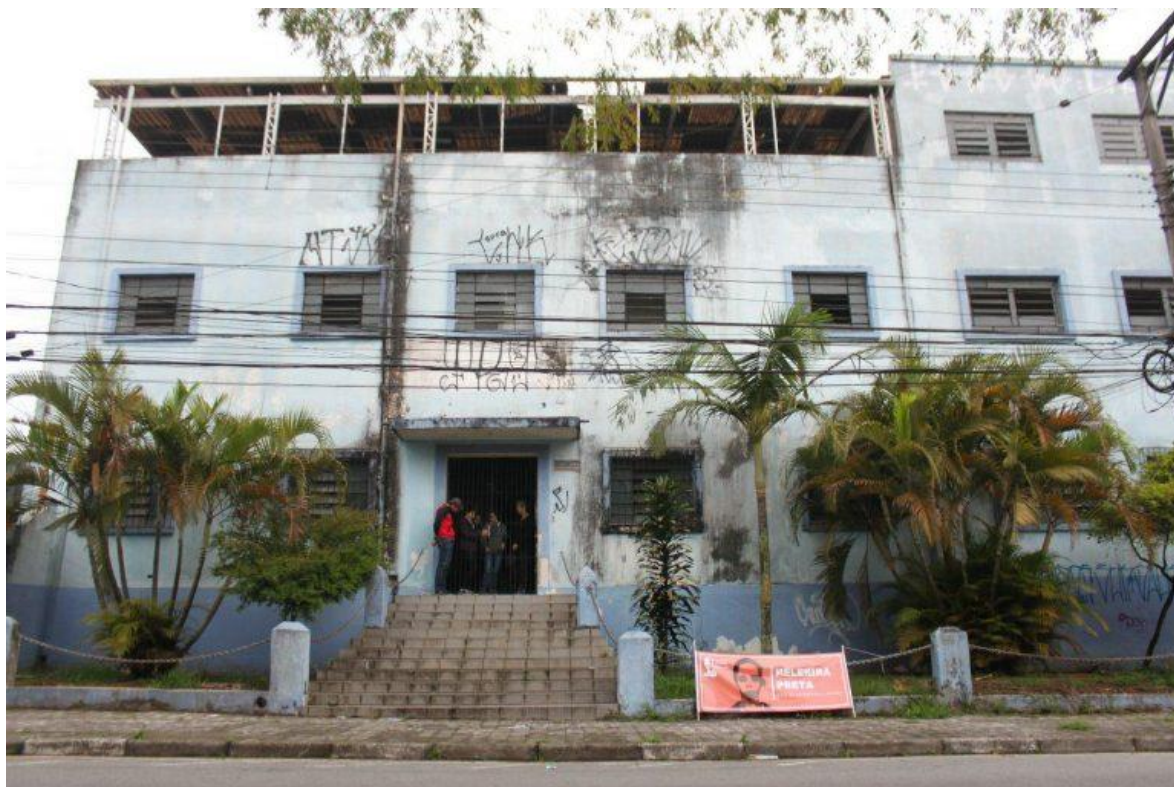
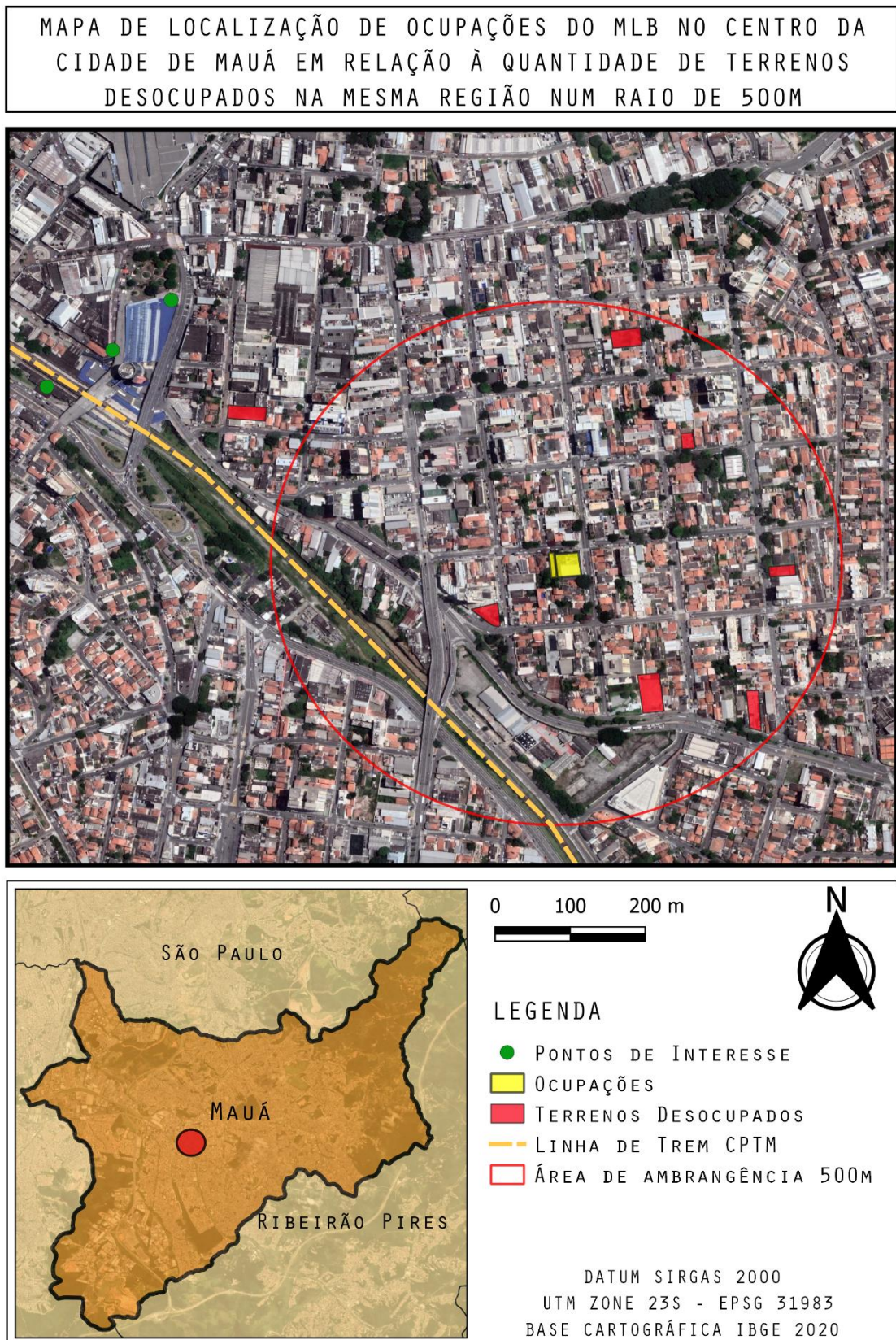


Figura 8 – Segundo prédio ocupado onde hoje funciona a ocupação Manoel Aleixo, Mauá, SP (fonte: Rayane Viera, 2018) disponível em: <https://midianinja.org/news/casa-helenira-preta-de-referencia-da-mulher-e-inaugurada-por-nova-ocupacao-em-maua/>

Segundo as lideranças da casa, antes da ocupação não existia nenhum órgão municipal em Mauá que fosse especializado em atender as necessidades das mulheres em situação de violência, muito menos um espaço que oferecesse serviços de orientação social, psicológica e jurídica como os que a Casa de Referência Helenira Preta oferece hoje. A organização independente de um grupo de mulheres, entre elas lideranças da Helenira, entraram em negociação com a prefeitura reivindicando a criação da secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e a permanência da ocupação.

A ocupação é a primeira casa de atendimento específico à mulher da cidade de Mauá no grande ABC Paulista, que tem 425 mil habitantes. Ainda em 2003 o Governo Federal instituiu um Consórcio de Políticas Públicas que previa a criação de serviços de assistência para os municípios menores e que tem maior dificuldade para criar os espaços de atendimento às mulheres. Enquanto houve incentivo do Governo Federal,

Figura 9 – Mapa de localização de onde funciona hoje a Ocupação Helenira Preta e Manoel Aleixo (elaborado pela autora)



a luta independente das mulheres ganhou maior visibilidade e começaram a ser criadas políticas públicas de atenção para mulheres, possibilitando também a criação de alguns centros de referência para atendimento das mulheres em situação de violência. No entanto, a mudança política no país a partir de 2016 com o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff e com o avanço dos partidos de direita e conservadores, comprometeu drasticamente investimentos desse gênero, assunto que vem sendo amplamente discutidos por deputadas engajadas no combate à violência contra as mulheres e que se posicionam contra o desmonte de políticas públicas para combater esse avanço²⁰.

A qualidade do atendimento às mulheres em situação de risco tem caído drasticamente principalmente agora com o atual governo federal de Jair Bolsonaro que não investe e nem se propõe a investir no financiamento de serviços de assistência social. Além disso, vemos que as casas que existem não possuem infraestrutura de atendimento suficiente, nem serviços de transporte das vítimas e muitos espaços necessitam de reformas para não comprometer ainda mais a segurança das mulheres e trabalhadoras que utilizam as casas de referências, como é o próprio caso da ocupação Helenira Preta.

Como o investimento em políticas públicas e políticas sociais está cada vez mais escasso, os movimentos auto organizados de mulheres, a ação direta, a reivindicação por espaços de acolhida, atendimento e abrigo para mulheres em situação de violência se mostram cada vez mais relevantes e aparecem como a única solução para a conquista de políticas públicas eficientes. A auto-gestão e empoderamento nunca foi tão importante como hoje – é importante que as mulheres sejam cada vez mais autônomas para se empoderarem e por isso o manual que proponho pode contribuir nesse sentido.

A Ocupação Helenira Preta tem se mostrado extremamente eficiente no que se refere à defesa da vida das mulheres²¹ e no espaço funciona também como centro de formação cultural, política e profissionalizante, além de incentivar iniciativas para

20 Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher do governo federal diminuiu de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>

21 Casa Helenira Preta está ameaçada por leilão arbitrário. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/04/casa-helenira-preta-esta-ameacada-por-leilao-arbitrario/>

geração de renda e independência financeira das mulheres, visando a autonomia dessas em relação aos seus ex-maridos/companheiros. Todos os serviços prestados pelas mulheres trabalhadoras voluntárias da casa, são feitos de forma autônoma, sem financiamento, criando um circuito de cooperação e ajuda mútua.



Figura 10: Atual Prédio da Ocupação Helenira Preta, Mauá, SP

(Fonte: <https://www.facebook.com/casahelenirapreta/photos>). Disponível em:

<http://www.labcidade.fau.usp.br/8m-iniciativas-feministas-para-conhecer-e-se-inspirar/>

O terreno onde está situada a Ocupação Helenira Preta e também a ocupação de moradia Manoel Aleixo, vem sendo ameaçado de reintegração de posse desde 2021 quando a prefeitura de Mauá promoveu um leilão de compra para pagar as dívidas do proprietário inicial. O caso da ameaça de desocupação da Helenira Preta é um reflexo do que está acontecendo em território nacional em outros setores, como educação, saúde, cultura etc. Nesse caso põe em risco diretamente a segurança e qualidade de vida das mulheres negras e pobres, principalmente das que estão fazendo uso do espaço e que não têm para onde ir. Em vez de prover serviços que melhorem os direitos, a prefeitura retira os seus direitos como cidadãs em situação de risco, tornando-se uma ameaça.

Além disso, tem o fato de que estamos em meio a uma pandemia, num país onde os índices de morte estão só aumentando. Só no mês de março de 2021 o número de pessoas mortas por covid-19 era de aproximadamente 4 mil. A pandemia também reflete o crescente índice de desemprego, fome e miséria. No caso das mulheres somado a tudo isso tem a violência doméstica, que no período de isolamento devido ao covid-19 aumentou de forma drástica. Estima-se que os casos de feminicídio entre março e dezembro de 2020 teve um aumento de 20% comparado ao mesmo período do ano anterior. No mínimo três²² mulheres foram vítimas de feminicídio no primeiro ano de isolamento, no total foram 1.005 mortes no período de março à dezembro de 2020²³. Isso sem considerar os casos subnotificados decorrente da própria restrição de circulação adotada como medida de contenção do vírus e também por conta do não-investimento nas políticas de atendimento para mulheres, inclusive nas circunstâncias da pandemia que pede medidas e atendimentos alternativos. Estes tempos de crise agravada exigem um repensar de formas participativas de assistência técnica em arquitetura; de formas de pensar o espaço que reaproximem a natureza das pessoas; e de formas autocapacitantes de transformação do espaço como estratégias de resistência contra a opressão das atuais formas de dominação.

Para além da ocupação, o Movimento de Mulheres Olga Benário realiza conversas com as mulheres da cidade indo até os bairros mais periféricos realizando trabalhos de conscientização política através de panfletagem, realizam uma brigada solidária

22 Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>
23 idem.

para entrega de cestas básicas e produtos de higiene, além de orientação sobre como ter acesso aos benefícios do governo. Manter a ocupação é resistir às políticas de extermínio que o governo de Jair vem implementando nacionalmente. É um exemplo de sucesso de uma ocupação bem sucedida e bem organizada que vem se articulando com a comunidade para manter de pé uma estrutura física que oferece serviço à mulheres em situações de violência e vulnerabilidade. Um espaço que contribui para a autonomia das mulheres e independência financeira, que apoia e orienta judicial e psicologicamente as vítimas do patriarcado do casamento e da estrutura capitalista e racista na qual estamos inseridas. Além do desmonte e precarização de políticas públicas e ações afirmativas, os serviços que são ofertados na casa são colocados em risco a partir do momento em que o espaço físico por elas utilizado está em péssima situação, colocando em risco as usuárias e voluntárias que trabalham no local.

Como forma de ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Mauá, o Movimento de Mulheres Olga Benário ocupou mais uma casa. Ela funcionou de julho de 2021 a março de 2022 quando foi demolida sem aviso prévio com a justificativa de que oferecia risco de vida as ocupantes.



Figura 11 – Prédio da Ocupação Helenira Preta II antes da demolição, Mauá, SP (fonte: Jorge Ferreira). Disponível em: <https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2987315/movimento-olga-benario-anuncia-mais-2-espacos-para-mulher-vitima-de-violencia/>



Figura 12 – Prédio da Ocupação Helenira Preta II depois da demolição, Mauá, SP (fonte: Heloisa Araújo/Comunicação do Movimento Olga Benário). Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-casa-helenira-preta-foi-demolida-quando-a-remocao-atravesa-a-vida-das-mulheres/>

Todos os prédios pelos quais a Casa Helenira Preta passou casa estavam com problemas estruturais e por isso sofreram as ameaças da prefeitura que sempre alegou prezar pela “segurança” das mulheres da ocupação e realmente, como vimos prédios e casas que ficam décadas desocupados e sem manutenção tendem a apresentar graves problemas nesse sentido, mas se houvesse realmente uma preocupação com a segurança das mulheres que utilizam o espaço e as vítimas de violência doméstica – das muitas que morrem por não ter apoio nem assistência do governo – a prefeitura e os órgãos responsáveis promoveriam ações e dariam condições para o espaço existir com segurança. Até o momento da entrega deste TCC não foi disponibilizado nenhum outro espaço para abrigar a Casa Helenira Preta.

4. Criando um Manual

Rá, ré, ri, ró, rua

Você vai embora
Que esta casa não é tua

Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que esta casa não é tua

Você chega de madrugada
Fazendo arruaça e xaveco
Além de não comprar nada
Ainda quebra o meus cacareco
Rá rá rá rá

Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que esta casa não é tua

Arrependi de me casar
Que a nossa vida assim não vai
Qualquer dia eu vou te abandonar
E vou voltar para casa de papai
Rá rá rá rá

Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que esta casa não é tua

Andas dizendo que eu sou ingrata
Casaste mas já arrependeu
Mas é você quem me maltrata
E a infeliz nessa casa sou eu
Rá rá rá rá

Ra, ré, ri, ró, rua
Você vai embora
Que essa casa não é tua

Carolina Maria de Jesus²⁴

Uma das maiores escritoras da literatura brasileira, Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe solteira, trabalhou como empregada doméstica e depois como catadora de papel. Contou em seus livros sobre a favela onde morava e sobre a situação da fome que fez parte da sua realidade e ainda hoje faz parte da realidade de tantas

²⁴ Canção da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo. Canção disponível em no disco homônimo gravado em 1961 pela RCA Victor. Todas composições são suas. Acompanham Maestro Francisco Moraes nos arranjos e a direção artística de Júlio Nagib.

outras mulheres negras e pobres. A canção apresentada acima relata um caso conhecido por muitas mulheres – do homem violento e abusivo – e de forma ilustrativa diz muito sobre o objetivo deste TCC, pois Carolina Maria de Jesus é exemplo de autonomia, resistência e insatisfação com a pobreza, com as violências sobre o corpo feminino, dentro e fora de casa. Na canção, reivindica o espaço que é seu por direito e assim, como em todas as suas obras se opõe a permanecer na posição de subalterna imposta pela sociedade patriarcal, racista e classista como descreveu Andreia Moassab (2019), que fala também a partir da perspectiva de Carolina de Jesus, sobre a disputa espacial e a representação significativa do que é a casa no contexto de uma mulher negra e pobre.

“O espaço, a habitação e o território são intrinsecamente ligados ao debate sobre as relações raciais no Brasil [...] Em similitude, o quarto de despejo – a favela, e a sala de visitas – a cidade formal, traduzem, em Carolina de Jesus, a segregação socioespacial e racial das cidades contemporâneas. A autora compreende profundamente a disputa espacial, territorial e simbólica. Ainda que tenha conseguido sua casa de alvenaria, deslocando-se do quarto de despejo para a sala de visita na grande metrópole, o mesmo não aconteceu com o seu lugar simbólico, de produção de sentidos e de enunciação. A ela, não foi permitido mais do que aparecer como “atração” nos salões literários, versão tupiniquim das exposições coloniais, que mostravam orgulhosamente os negros e as negras a serem “civilizados” pelos brancos. No entanto, Carolina de Jesus não aceitou este papel que lhe fora imposto. Continuou escrevendo exaustivamente e já no seu segundo livro, Casa de Alvenaria, assinala sem pruridos o cinismo da suposta democracia racial, tão bem servil às ditaduras em ambas margens do Atlântico, em pleno século XX.” (MOASSAB, Andreia, 2019).

A posição política de Carolina Maria de Jesus é semelhante a posição das mulheres que saem de casa para, enfim, alcançarem a liberdade sobre seus próprios corpos, sem depender da ajuda de nenhuma autoridade – que não existe – mas sedentas pelo companheirismo e ajuda mútua de suas iguais, tão escasso nas relações afetivo-sexuais heteronormativas. Sair de casa não é vergonhoso, mas permanecer é um direito²⁵. Infelizmente, na maioria das vezes somos impelidas a procurar outro abrigo pela falta de assistência jurídica o que coloca nossa segurança em risco e por isso precisamos encontrar um lugar para nos assentar de forma transgressora já que não há suporte social que abarque essa demanda.

25. O Projeto de Lei 1714/21 assegura que mulheres em situação de violência possam permanecer na casa da família caso não possua outra habitação. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/788442-projeto-fixa-regras-para-vitima-de-violencia-domestica-viver-no-imovel-usado-pela-familia/>

Por esses motivos, o objetivo deste trabalho foi contribuir para combater a precariedade habitacional e as violências (urbana e doméstica) a que as mulheres estão sujeitas, através da manutenção e melhoria da habitabilidade de prédios urbanos ociosos que poderá ser feito pelas próprias moradoras utilizando o “Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas”. Para isso, foi necessário desenvolver um levantamento das condições morfológicas da casa Helenira Preta e do entorno imediato, procurando saber quais soluções podem ser adotadas para melhorar as condições de habitabilidade bem como melhorar a utilização da área externa para uso do paisagismo comestível e assim contribuir também com a segurança alimentar. Também faz parte propor possíveis soluções para melhor aproveitamento da área externa e interna já existente após a consulta às usuárias e suas demandas. É importante ressaltar a viabilidade de um projeto integrado entre ambas as partes envolvidas através de uma abordagem colaborativa e que seja passível de ser executada através da autoconstrução e autogestão pelas mesmas.

Não se restringindo ao caso isolado da Ocupação Helenira Preta, este manual faça-você-mesmo tem como objetivo dar suporte para a autoconstrução e auxiliar na difusão de soluções construtivas e estratégicas de design social de forma simples para ocupações no geral, enquanto esclarece as mulheres sobre direitos e formas de assistência social e jurídica em caso de violência tendo em vista o empoderamento, autonomia e resistência.

Os objetivos específicos incluem:

- Desenvolver no âmbito teórico reflexões sobre as formas de ocupação de vazios urbanos feita por mulheres marginalizadas e em situação de violência doméstica.
- Desenvolver no âmbito teórico sobre o processo participativo, autogestão e autoconstrução.
- Refletir sobre autonomia, ajuda mútua, cooperativismo, para melhorar a qualidade habitacional, ambiental e soberania alimentar para mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social.
- Investigar sobre as ocupações urbanas e identificar quais são os problemas e demandas no âmbito arquitetônico mais comuns enfrentados nos prédios ociosos para fazer proposições eficientes e práticas.

- Levantamento de dados e índices para embasar a pesquisa.
- Pesquisa de referências ao “Manual do Arquiteto Descalço”, de Johan Van Lengen; “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire; “Ensinando a Transgredir”, de bell hooks²⁶; “Guia Pussy Riot Para o Ativismo”, de Nadia Tolokonnikova; “El Método”, de Rodolfo Livingston, “Manual de mapeo Colectivo”, dos Iconoclastas; “101 Regras Básicas para Edifícios e Cidades Sustentáveis”, de Huw Heywood, entre outros manuais de autoconstrução e reparos construtivos e coletivos que oferecem assistência técnica.

Por se tratar de um manual, foi essencial aplicar uma metodologia que entrelaça conceitos pedagógicos libertadores e transgressores presentes nas teorias de Paulo Freire e bell hooks, como também uma abordagem metodológica para desenvolvimento de um projeto arquitetônico a partir dos conceitos de Rodolfo Livingston em “El Método” e a metodologia de representação gráfica e técnica de Johan Van Lengen no “Manual do Arquiteto Descalço”. Ambos os trabalhos apresentam uma perspectiva decolonial teórica e prática que, neste contexto tem como objetivo contribuir para autonomia e emancipação das mulheres a partir de estratégias pedagógicas, inclusivas, libertárias e comunitárias pensando desde e para a realidade das mulheres latino-americanas.

Johan Van Lengen apresenta no “Manual do Arquiteto Descalço” um passo-a-passo de como fazer do zero uma casa na área rural e nas áreas periféricas das cidades. Traçando uma estratégia que convida o leitor e construtor a entender do macro à micro escala os aspectos paisagísticos e naturais que podem interferir e/ou colaborar na construção e funcionamento de uma casa, como soluções simples e de baixo custo podem facilitar a independência de serviços tarifados, seja para uma única família ou para uma comunidade.

O autor aborda a parte projetual e sua importância em diversos aspectos, como por exemplo, a escolha de onde será colocada a casa no terreno, quantos cômodos, suas dimensões e qual a melhor forma de organizá-los entre si. Para tratar do assunto, o autor instiga o leitor a desenhar mesmo que, ainda assim, saliente logo que é possível

²⁶ O nome da escritora bell hooks é escrito em letras minúsculas, pois segundo a autora, é uma forma de contestar as normas acadêmicas e cultas e para atrair a atenção do leitor às suas ideias e não o seu nome.

construir uma casa ou fazer uma reforma sem necessariamente recorrer ao desenho, mas o método usual entre arquitetos e técnicos da construção de apresentar o que será a casa através de desenhos – complexos e que desafiam o entendimento do público de outras áreas – passa a ser mais relevante quando precisamos comunicar a alguém o que imaginamos (LENGEN, 2010). Assim, o autor explica o conceito, funcionalidade e como fazer a leitura de um desenho técnico de uma planta baixa, de um corte, de uma fachada e de uma planta de localização, colaborando para a difusão deste tipo de conhecimento. Acrescenta também a ferramenta da maquete para ajudar na visualização do projeto, pois facilitam na visualização da combinação dos elementos da casa, sua organização, sua aparência final, essencial antes de colocar o projeto em prática.

A função da casa de proteger o morador, criar abrigo do vento, do sol e da chuva vêm atrelados a outros elementos construtivos para promover sustentabilidade da mesma através de soluções simples, como a calha que recolhe a chuva que vai ser reaproveitada, as janelas que permitem a passagem do vento e entrada do sol para resfriar e iluminar os ambientes, sem depender de serviços externos. Assim, propõe o uso de materiais que seriam descartados e ou outros encontrados com facilidade e de baixo custo, o que consideramos medidas estratégicas no das ocupações quando não há recursos financeiros suficientes.

A didática do “Manual do Arquiteto Descalço” é incontestável e por isso seu método de representação gráfica e a forma direta de apresentar as informações foi seguido à risca na criação do “Pequeno Manual para Ocupações Urbanas”, também por ter uma estrutura convidativa, permitindo uma leitura fluída e simples que ao mesmo tempo faz o leitor se sentir capaz de seguir o passo-a-passo e efetivamente capacita-o a construir sua própria casa. Podemos dizer que o livro contribui para a autoestima do leitor ao apresentar algo que parece tão complexo sendo solucionado de forma simples e acessível intelectual e economicamente. O principal desafio é trazer o conteúdo do “Manual do Arquiteto Descalço” para mais próximo da realidade das pessoas que moram nas grandes cidades, mais especificamente as mulheres de baixo ou nenhum poder aquisitivo em processo de ocupação de prédios ociosos nas áreas centrais onde estão concentrados.

Nesse sentido, “El Método” de Rodolfo Livingston apresenta algumas soluções complementares para o processo de projetar um espaço com apontamentos que podem ser reaproveitados para o contexto das ocupações nos centros urbanos. Inicialmente fala sobre a importância de conhecer as demandas dos “clientes” – que aqui seriam as mulheres que ocupam esses espaços. Para isso, propõe fazer uma entrevista para conhecer as necessidades e expectativas dos moradores em relação ao espaço como forma expressões abstratas em expressões concretas, entender os hábitos dos usuários e a dinâmica do local.

“Oportunamente, o arquiteto deve clarear as afirmações. Se o cliente diz que falta privacidade, o arquiteto deve questionar para quem falta, onde falta e em que situação. Ao final, o cliente deve classificar as acusações em ordem de importância da mais grave para a menos grave.” (LIVINGSTON, 2006).

Refletindo sobre este trecho que Livingston apresenta, vemos que também é importante o acompanhamento de um profissional arquiteto numa ocupação, como alguém externo que consegue captar as necessidades individuais e demandas coletivas para organizar harmonicamente no espaço, sem que interfira na capacidade dos moradores de criarem vínculos com o lugar e assumam seus papéis de decisão na construção do coletivo. O arquiteto não é o único que possui conhecimento, é parte de um coletivo disposto a aprender e ensinar no processo da prática.

Assim como no “Manual do Arquiteto Descalço” em “El Método” o autor salienta a importância do desenho, como uma prática de expressão que deve libertar e não confinar o participante na posição de *sei* ou *não sei* desenhar. É por isso um passo importante para colocar o “cliente” no lugar de quem faz e fazê-lo acreditar que isso é possível sem que se sinta pressionado por argumentos como “pode não dar certo”, “vou fazer errado”, “não tenho experiência”, desenho portanto, faz parte do processo de aprendizagem à qual todos estamos sujeitos. A prática construtiva tem início na imaginação que transferida para o papel começa a tomar forma e dá autonomia e confiança para que o morador se sinta capaz de ir além para solucionar de forma prática as ideias do imaginário. O desenho arquitetônico (seja ele dentro dos padrões técnicos ou não, desenvolvidos por arquitetos ou não) é como um manual que vai traduzir a quem vai construir os objetivos e as necessidades coletivas. Por isso, o método apresentado é tão relevante para este trabalho.

“Em resumo, para elaborar Manuais, o arquiteto utiliza três instrumentos: o desenho, a escrita e a fala. Por meio deles, trabalhadores e clientes devem

compreender os passos da obra e o porquê das decisões previamente tomadas, adquirindo certo grau de autonomia para promover suas próprias modificações. (...) Não se trata, portanto, de dar ordens de serviço, mas de um mecanismo de comunicação e transmissão de informações, que deve ser fornecido ao proprietário e repassado ao chefe da obra num mesmo momento.” (p.14)

A atuação do arquiteto, assim como a de quem está aprendendo a projetar vai além do desenho, está é só uma parte inicial da construção que requer uma série de outros percursos. Uma pesquisa feita pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (CAU-BR) aponta que aproximadamente 85% das construções são feitas sem arquiteto por falta de recursos financeiros e que, as experiências nestes casos foram ruins por dificuldade no planejamento, pela mão-de-obra não qualificada e pelo desperdício dos materiais, gerando custos mais altos e mais tempo para finalização da obra²⁷. A pesquisa mostra também o fato de que as construções feitas com assistência de um arquiteto tendem a sair menos custosas já que evita desperdícios e possíveis erros de planejamento e é de responsabilidade do poder público investir em projetos que promovam a lei 11.888/2008 de assistência técnica pública e gratuita. O investimento público na área de assistência técnica é tão escasso quanto em outros programas sociais, como de moradia, assistência a mulheres em situação de violência e tantos outros, precisamos enquanto profissionais arquitetos procurar outras soluções práticas para esses problemas que afetam a qualidade de vida das mulheres negras e pobres.

Então, como explicar as técnicas da arquitetura de maneira não-hegemônica e acessível à compreensão de não-arquitetos com técnicas construtivas facilmente solucionáveis, materiais de fácil acesso, se aproximando da linguagem mais usual da comunidade para que esta possa construir com qualidade? O “Manual do Arquiteto Descalço”, tem como objetivo instigar a autoconstrução e guiar um caminho prático para que não arquitetos tenham confiança para realizar a construção de seus espaços de moradia. É um material de suma importância no que diz respeito a orientação nas técnicas construtivas, mas também uma ferramenta para o empoderamento e autoestima das mulheres da ocupação Helenira Preta e das demais ocupações urbanas.

27 Pesquisa realizada em 2015 pelo CAU-BR e DATAFOLHA. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/>

No entanto, o ensino-aprendizagem neste processo de capacitação precisa ser encarado de uma perspectiva libertária de autonomia, e se faz necessário "saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (FREIRE, 2002, p.21). Esperamos que através da criação do manual mulheres negras e pobres possam ter a oportunidade de transformar suas realidades, tomar suas próprias decisões na construção de seus espaços individuais e coletivos como forma de resistir ao sistema patriarcal, racista e capitalista criando suas próprias narrativas e dando voz ao conhecimento e as suas experiências pessoais. O ensino e a aprendizagem é um estímulo à curiosidade e à busca de possibilidades através da troca de experiências que se complementam para criação, transformação e transgressão contra tudo que nos é imposto enquanto uma condição natural como nos ensina bell hooks (2017) e Paulo Freire.

"Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar como ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar." (FREIRE, 2002, p.30).

Diante dos dados estatísticos que foram apresentados nesse trabalho sobre a violação dos direitos das mulheres negras e pobres também vimos muitos sobre a força dessas mulheres que chefiam suas famílias, mães solteiras, líderes comunitárias, escritoras, artistas que resistem e se rebelam frente às injustiças e violências, que não aceitam a submissão ou a pacificação, mas sim que se impõem e lutam pelos seus sonhos e direitos. Paulo Freire fala sobre a dialética no ensino e aprendizagem, mas também sobre a *práxis* transformadora trilhada pelo caminho da insatisfação rumo à esperança.

"É preciso, porém que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A

rebeldia enquanto denúncia precisa de se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho." (FREIRE, 2002, p.31)

Os temas abordados por Paulo Freire sobre autogestão, autonomia, construção coletiva do conhecimento, teoria e práxis são muito usados na teoria anarquista, por coletivos classistas e em várias ocupações brasileiras. Enaltece a importância do processo de aprendizagem baseado no "fazer aprendendo e aprender fazendo" (FREIRE; HOOKS, 2013 apud STARLING; TRASPADINI, 2019), por acreditar que esse método é fundamental para a popularização do conhecimento acadêmico e para o trabalho coletivo transformador que amplia os horizontes para a educação popular. Assim, a valorização dos conhecimentos e produções não acadêmicas, dos saberes populares, a valorização da bagagem pessoal e a importância do afeto são partes que integram uma metodologia pedagógica inclusiva e transformadora, sem por negligenciar a construção do pensamento crítico. Essas são ferramentas de luta contra a dominação colonizadora patriarcal capitalista da supremacia branca pois a conscientização dos aspectos culturais, o pensamento crítico sobre nosso contexto e nossa identidade é práxis política e por isso transformadora (HOOKS, 2017, pg. 67).

Perante a opressão do sistema capitalista patriarcal, o processo de tornar real o que já temos na consciência pode ser desencadeado por uma pequena mudança de atitude, pontua bell hooks (2017). Enquanto mulher negra salienta a importância do autoamor nos processos de transformação e conscientização, um tema importante quando falamos da auto estima da mulher negra e pobre, quando se amar passa a ser um ato revolucionário.

"Podemos trabalhar para nos curar através da consciência. Eu sempre me surpreendo que a jornada para o lar, aquele lugar na cabeça e no coração onde nos recuperamos no amor, está constantemente ao nosso alcance, dentro de nós, e, no entanto, muitas pessoas negras nunca encontram o caminho. Contudo, se ousarmos a despertar, o caminho está logo ali.(...) Coletivamente, pessoas negras e nossos aliados somos empoderados quando praticamos o autoamor como intervenção revolucionária que mina as práticas de dominação." (HOOKS, 2019, p 63 apud ARAÚJO, TRASPADINI, 2019)

A retomada da autoestima de mulheres vítimas de violência pode ser um processo lento, que requer uma rede de acolhimento e atenção psicológica. Um dos métodos que vem sendo utilizados por coletivos de mulheres para melhorar a qualidade de vida

das vítimas para evolução pessoal e profissional é a promoção de atividades artísticas e capacitação em diferentes áreas²⁸. Nesse sentido, uma complementação da ativista da banda Pussy Riot, Nadya Tolokonnikova, é mais do que pertinente:

“A prática e a experiência da arte nos dão a oportunidade de revisitar aquela sensação de autêntica liberdade, pura coragem e ingenuidade que nos permite ousar, justamente com a criatividade bruta e a curiosidade travessa características da infância (...). A arte é a varinha mágica que procurávamos para transcender idiomas, fronteiras, nações, gêneros, posições sociais e ideologias. Ela nos eleva ao nos dar o capital mais valioso: o direito e a confiança de fazer perguntas incômodas sobre o que há de mais importante na nossa existência animal, políticas e social”. (TOLOKONNIKOVA, Nadya, 2019, pg. 96)

Os conceitos pedagógicos trazidos por bell hooks e Paulo Freire somados aos métodos e abordagens de Van Lengen e Livingston e a reflexão final de Nadya Tolokonnikova ressaltam o significado da proposta da criação de manual que pode contribuir na melhora da condição de vida das mulheres das ocupações ao capacitá-las a criar como parte do processo de retomada de confiança e autoestima.

O “Pequeno Manual para Ocupações Urbanas” foi elaborado com desenhos feitos a mão usando como referência as estratégias presentes do livro “Manual do Arquiteto Descalço”. Essa metodologia foi pensada como forma de me aproximar a leitora, no caso as mulheres a quem o material é direcionado, usando desenho simples e o mais didático possível para incentivar a leitora a assumir a posição de criadora. O conteúdo foi elaborado para ser disponibilizado em formato digital e visualizado na tela do celular - justamente pelas restrições orçamentárias para imprimir e distribuir, mas como o celular também não é um aparelho a que todos têm acesso, ele também pode ser impresso e facilmente reproduzido para sua total difusão.

A partir dessas reflexões e da observação da realidade e do cotidiano das mulheres nas ocupações elencamos alguns pontos fundamentais para iniciar a produção do manual. Primeiro sobre a segurança dessas mulheres, já que na maioria dos casos as ocupações de moradia são procuradas como refúgio. Segundo por estarem em propriedade privada sem permissão são expostas também a violência policial. Por isso vimos a necessidade de um mapeamento do entorno para saber sobre rotas de fuga, lugares estratégicos que facilitem a mobilidade, hospitais, escolas, mercados, hortas

28 O coletivo Brazilinas foi criado durante a pandemia para combater e acolher mulheres vítimas da violência doméstica. Disponível em: <https://revistavisaohospitalar.com.br/coletivo-brazilinas-ajuda-mulheres-vitimas-de-violencia-a-resgatarem-a-sua-autoestima/>

e etc. Para isso utilizamos do material disponibilizado pelos “Iconoclastas” de Julia Risler e Pablo Ayres que fala sobre o processo de construção do mapa a partir dos interesses da comunidade. O mapa é uma ferramenta de poder sobre o território e criar o seu próprio mapa é subverter a narrativa dominante criando sua própria narrativa sobre o lugar. O mapa é também uma fonte para a criação dos desenhos técnicos de arquitetura, que aqui também esperamos subverter.

Los mapas son representaciones ideológicas. La confección de mapas es uno de los principales instrumentos que el poder dominante ha utilizado históricamente para la apropiación utilitaria de los territorios. Este modo de operar supone no sólo una forma de ordenamiento territorial sino también la demarcación de nuevas fronteras para señalar los ocupamientos y planificar las estrategias de invasión, saqueo y apropiación de los bienes comunes. De esta manera, los mapas que habitualmente circulan son el resultado de la mirada que el poder dominante recrea sobre el territorio produciendo representaciones hegemónicas funcionales al desarrollo del modelo capitalista, decodificando el territorio de manera racional, clasificando los recursos naturales y las características poblacionales, e identificando el tipo de producción más efectiva para convertir la fuerza de trabajo y los recursos en ganancia. (RISLER, Julia; ARES, Pablo, 2013, p.05)

A criação do mapa faz parte do processo criativo coletivo e individual, criatividade essa que esperamos ver aflorar nas mulheres que tiverem acesso ao manual.

As particularidades da Ocupação Helenira Preta foram norteadoras para o desenvolvimento do “Pequeno Manual para Ocupações Urbanas”. Foram realizadas conversas com as lideranças da ocupação que falaram sobre suas principais demandas e também inseguranças sobre a permanência na casa que estavam diretamente associadas a questões estruturais arquitetônicas. Por isso, no manual apresentamos soluções de como corrigir eventuais problemas na estrutura do telhado aplicando a metodologia presente no “Manual do Arquiteto Descalço” com a utilização do bambu com maneiras específicas de corte e encaixe para maior resistência.

Também falamos sobre a captação e reutilização das águas da chuva para ser usada nos trabalhos cotidianos de forma a instigar a criação de mecanismos de abastecimento de água sem que necessariamente esteja atrelado a concessão pública de saneamento.

Embasada no material teórico aqui apresentado e a intenção de aproximar as leitoras do manual e do processo criativo de construção coletivo, partimos do pressuposto de que todo mundo já construiu alguma coisa material ou imaginária. As meninas desde criança aprendem a brincar com bonecas criando uma narrativa, montando uma casa

com diferentes cômodos e funções, escolhendo a posição dos móveis, ao seguir uma receita de bolo, ao criar a sua própria receita, ao fazer um desenho a mão, recortar e colar, fazer uma casa de papelão, uma dobradura, uma roupa para uma boneca, montar uma boneca de sabugo de milho, de tecido, de massinha de modelar... Enfim, são inúmeras as formas de criação as quais já tivemos acesso.



Figura 13 – Ilustração presente no “Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas” sobre projetar espaços (elaborado pela autora)

Pensando que as mulheres são protagonistas de suas histórias e que a sociedade patriarcal e os relacionamentos abusivos sufocam suas vozes e seu poder de decisão, o objetivo é dar condições para que essas mulheres criem suas próprias histórias e construam seus lares a partir de suas vontades e suas decisões, até porque esse é o sentido da palavra lar, lugar de bem-estar, de harmonia, de conforto e porque não, de paixão.



Figura 14: Capa do Livro Manual do Arquiteto Descalço, de Johan Van Lengen

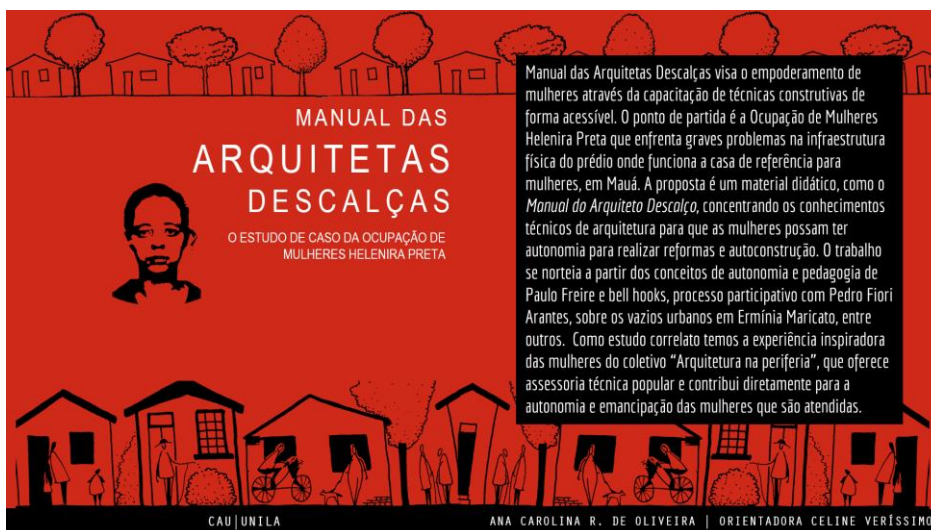


Figura 15: Proposta inicial de apresentação do manual, da autora

Identificaram-se alguns estudos correlatos que nos orientaram a entender os contextos e as boas práticas que estão sendo realizadas em diferentes contextos. São essas boas práticas nos orientaram para a melhor forma de produzir um manual que atenda às necessidades da Ocupação Helenira Preta.

O projeto “Arquitetura na Periferia” surgiu da tese de mestrado da arquiteta mineira Carina Guedes e desde 2014 oferece assistência técnica para mulheres em ocupações e comunidades periféricas de Belo Horizonte, Minas Gerais. Além da arquiteta o projeto conta com uma equipe de engenheiras, psicólogas, assistentes sociais e trabalhadoras da construção civil, que trabalham para incentivar a autonomia das mulheres tanto para orientá-las nas tomadas de decisões projetuais, quanto no planejamento das finanças.

Entre as mulheres que foram atendidas fica claro a importância de um projeto como esse, que busca inserir as mulheres no processo de projeto e desenvolvimento das casas, considerando que muitas vezes as casas são construídas sobre as orientações dos homens, pais, maridos e pedreiros. As mulheres na maioria das vezes não são consultadas sobre a organização da construção da casa, mas são elas quem passam maior parte do tempo nela, fazendo serviços domésticos e cuidando das pessoas²⁹. Em entrevista disponibilizada pelo ArchDaily Carina Guedes fala sobre o resultado do projeto “Arquitetura na Periferia”.

“na construção civil e nas decisões de como a casa vai ser a maioria relata que suas vontades não são respeitadas, e algumas nem sequer são consultadas. São o pai, tio, marido ou pedreiro que decidem. Isso traz consequências ruins na vida das mulheres que, além do trabalho, cuidam da manutenção da casa, tais como: cozinhas sem ventilação, escadas estreitas, torneiras onde não se consegue enfiar o balde”, Carina Guedes em entrevista disponibilizada por ArchDaily, 2019.

No projeto desenvolvido por elas, são ofertadas oficinas com duração de quatro a seis meses, onde as mulheres são convidadas a desenhar, aprendem sobre noções básicas financeiras para administrar da melhor forma possível o dinheiro da obra e compra de materiais de construção. A construção acontece por mutirão e as mulheres são as próprias protagonistas, ajudam mutuamente entre si.

“É muito legal ver a transformação delas durante este processo: líderes comunitárias já reconhecidas nesse espaço de luta, mas não no doméstico, passam a ver que têm igualmente a mesma capacidade, e que a elas só falta o acesso à informação” Carina Guedes em entrevista disponibilizada por ArchDaily, 2019.

29 Projeto "Arquitetura na Periferia" ensina mulheres a construir suas casas. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/910653/projeto-arquitetura-na-periferia-ensina-mulheres-a-construir-suas-casas>

Carina Guedes fala também sobre a importância técnica e do contato do arquiteto com as necessidades e realidade dos moradores ao projetar.

“Uma vez, fazendo uma pesquisa com uma moradora da Ocupação Dandara, vi que já havia um projeto de arquitetura para ela. Ela dizia que era lindo, mas quando perguntei porque não construiu, ela falou: ‘Não é para mim’. Do que adianta um projeto bonito se ele vai ficar na gaveta? O importante da assessoria técnica é reconhecer os hábitos e o desejo de quem mora”. Carina Guedes em entrevista disponibilizada por ArchDaily, 2019.

O exemplo do trabalho desenvolvido pelas mulheres do “Arquitetura na Periferia” foi muito importante para o desenvolvimento deste manual e para minha formação acadêmica pois trouxe novas possibilidades de atuação e formas de intervenção nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis dando um novo sentido para a minha atuação profissional. Além do mais foi decisivo para a construção do “Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas” pois este o projeto trabalha com o tema central do protagonismo das mulheres em lugares de tomada de decisão que são majoritariamente ocupados por homens e nosso objetivo aqui no desenvolvimento desse material é justamente contribuir com a emancipação e autonomia das mulheres.

5. Considerações finais

Este não é o fim. A ideia é que o “Pequeno Manual Para Ocupações Urbanas” se torne um grande manual a ser continuamente elaborado conforme melhorem as condições de tempo e as possibilidades materiais para acompanhar de perto as ocupações das mulheres pelas cidades. Existem muitos temas e estratégias que podem ser adicionados e há muito material importante para ser consultado e incluído nesse trabalho, inspirado sempre pela esperança de transformação que há no afeto, na empatia e na luta.

Espera-se que o levantamento e a pesquisa dos materiais direcionados para produção e representação arquitetônica realizados até aqui possam contribuir brevemente para avançar no processo de colonização da forma de representação, já que tem como objetivo esclarecer sobre a técnica, desmistificando a dificuldade sobre o assunto e a necessidade de capacitação profissional para realização do trabalho construtivo. Mas também, que o nossos pensamentos e nossa identidade possam se renovar e se descolonizar através da resignificação do fazer aprendendo e aprender fazendo, nos motivando e melhorando autoconfiança e autoestima enquanto mulheres latino-americanas.

Com o elevado preço da terra, a especulação imobiliária, o processo de gentrificação, a escassez de programas de incentivo e financiamento para casa própria – a cidade torna-se cada vez mais inacessível e por isso a pobreza urbana aumenta. Existem muitos espaços ociosos e construções abandonadas na cidade, enquanto muitas famílias não possuem acesso à moradia digna e as mulheres, mães solteiras, negras e marginalizadas, encontram ainda mais dificuldade de acesso à moradia e programas sociais de financiamento para casa própria. No atual contexto político em que vivemos, vemos uma crescente ausência do estado na promoção de políticas sociais, o que justifica refletir sobre o cumprimento da função social da terra urbana, da arquitetura e do uso de tecnologia sociais aplicada a construção civil. Este manual pretende contribuir para democratizar o acesso aos conhecimentos em arquitetura, esclarecer sobre o direito a cidade e combater a violência contra as mulheres fruto da sociedade patriarcal racista capitalista sempre omissa frente as injustiças. Espera-se que o manual possa contribuir para a resistência dos espaços já ocupados e dar condições para que novas ocupações sejam feitas com segurança, conscientizando sobre a

importância da manutenção e construção como ferramenta para garantir a permanências das pessoas.

Como vimos, o caso específico da Casa Helenira Preta que presta um serviço de assistência social mesmo dentro das limitações de infraestrutura do espaço, através da autogestão e das redes de solidariedade e ajuda mútua entre mulheres, a casa é capaz de cumprir os serviços que usualmente deveriam ser de responsabilidade governamental. A ocupação é gerenciada de forma autônoma, o espaço oferece assistência jurídica e psicológica para mulheres em situação de violência, cursos, alimentação de qualidade, projetos para incentivar a independência financeira e o empoderamento feminino e é um exemplo do espaço e serviços que queremos e devemos ter por direito.

Outros espaços como a Casa Helenira Preta são mais comuns do que parecem, resta-nos evidenciá-los e lutar para que haja investimentos do poder público para que eles possam continuar existindo e para que as mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social possam viver.

6. Referências

- ARANTES, Pedro Fiori. O lugar da arquitetura num 'planeta de favelas'. **Opúsculos - Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura**. Editora Dafne: Porto, v. 11, 2008.
- ASSIS, Isis Mustafa de; TOMMASI, Livia de. As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do movimento de mulheres Olga Benário e o CRM Helenira Preta – **Ciências e Humanidades**. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018.
- BASTOS, Tiago Souza. **Autogestão e a luta pela desmercantilização da moradia: uma experiência no Rio de Janeiro** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- BATTAUS, D. M. "Cidades em crise: conflitos de interesses no território urbano". In: **RUA** [online]. nº.22. Volume 1, p. 201-205–ISSN 1413-2109 – junho/2016. Consultada no Portal Labeurb –Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.
- DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HARVEY, David. **O direito à cidade**. Revista Piauí, Edição 82, julho de 2013.
- HEYWOOD, Huw. **101 regras básicas para edificações e cidades sustentáveis**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- JESUS, Carolina de. **Quarto de Despejo**. São Paulo: Francisco Alves, 1961.
- LENGEN, J. Van. **Manual do Arquiteto Descalço**. Lisboa: Dinalivro, 2010.
- LIVINGSTON, Rodolfo. **Arquitectos de familia: El método**. Nobuko, 2006.
- MARICATO, Erminia. **Para entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Editora Vozes Limitada, 2017.

RIOS, Ximena. **Manual de Autoconstrucción**. Guía para las familias en la Reconstrucción Integral del Hábitat en Guendaliziaa. Ciudad Ixtepec, Oaxaca. Comunal Taller de Arquitectura, 2019.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

ROLNIK, Raquel. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. **Quem planeja o território**, p. 87-104, 2012.

STARLING, Dâmaris; TRASPADINI, Roberta Sperandio. **A Produção Cultural Territorializada Como Um Processo Educativo E De Práxis Política**: Um relato de experiência do F5 - Festival de Cultura Independente de Contagem; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História - América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

TOLOKONNIKOVA, Nadya; DIAS, Jamille Pinheiro; LONGHI, Breno. **Um guia Pussy Riot para o ativismo**. Ubu Editora LTDA-ME, 2019.

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço**. Instituto de Tecnologia Intuitiva e Bio-Arquitetura, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Artigos em Sites:

BISPO, Amanda. Casa Helenira Preta está ameaçada por leilão arbitrário. **A Verdade**. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/04/casa-helenira-preta-esta-ameacada-por-leilao-arbitrario/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

BRASIL, Cristina Índio do. Violência contra mulher cresce durante a pandemia no estado do Rio. **Agência Brasil**, 8 de março de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/violencia-contra-mulher-cresce-durante-pandemia-no-estado-do-rio#:~:text=%E2%80%9CIsso%20significa%20que%20cerca%20de,2020%E2%80%9D%2C%20informou%20o%20ISP.&text=%E2%80%9CPara%20Viol%C3%Aancia%20F%C3%ADsica%2C%20o%20percentual,64%2C1%25%20em%202020.> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Campanha Nacional Despejo Zero. Atualizado até maio de 2022. Disponível em: <https://www.campanhadespejozero.org/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Casa de Referência da Mulher Helenira Preta Completa Dois Anos. **A verdade.** Disponível em: <https://averdade.org.br/2019/07/casa-de-referencia-da-mulher-helenira-preta-completa-dois-anos/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Casa Helenira Preta de referência da mulher é inaugurada por nova ocupação em Mauá. **Mídia Ninja**, 01 de outubro de 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/news/casa-helenira-preta-de-referencia-da-mulher-e-inaugurada-por-nova-ocupacao-em-maua/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

DAMASCENO, Victória. Mulheres, negras, moradoras da periferia: a desigualdade alimentar tem endereço. O joio e o trigo. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/02/mulheres-negras-moradoras-da-periferia-a-desigualdade-alimentar-tem-endereco/>. Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo.html>

EBRAHIM, Raíssa. O déficit habitacional é feminino: falta de moradia atinge mais mulheres do que homens. Portal **Marco Zero**, 18 de março de 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/o-deficit-habitacional-e-feminino/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos, **IPEA**, 06 de março de 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526 Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/#:~:text=Em%202022%2C%2033%2C1%20milh%C3%B5es,pouco%20mais%20de%20um%20ano.> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

GALZO, Wesley. Brasil lidera número de mortes diárias por Covid-19 no mundo em março, **CNN**, 30 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/30/brasil-e-o-pais-que-mais-registra-mortes-diarias-por-covid-19-em-marco> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

GÓIS, Tianã. VALLE, Camila. Mulheres negras, mães, trabalhadoras: a linha de frente do MTST. Portal **Azmina**, 28 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://azmina.com.br/colunas/mulheres-negras-maes-trabalhadoras-a-linha-de-frente-do-mtst/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Instituto Polis. Remoções forçadas: uma outra camada de risco à pandemia. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/remocoes-pandemia/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

LIMA, Laura. Cresce número de moradores de rua e de empreendimentos imobiliários. **Agência Maurício Tragtenberg.** Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/cresce-numero-de-moradores-de-rua-e-de-empreendimentos-imobiliarios> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferação e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331, 2010. Disponível em: https://www.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/a-periferizacao-e-a-fragmentacao-da-cidade_-loteamentos-fechados-conjuntos-habitacionais-populares-e-loteamentos-irregulares-na-cidade-de-campina-grande-pb-brasil.html Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

MANGINI, Vitória. Entrevista com Dulce Xavier: o desmonte das casas-abrigo do Grande ABC. **A Verdade.** Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/04/entrevista-com-dulce-xavier-o-desmonte-das-casas-abrigo-do-grande-abc/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

MOASSAB, Andréia. Carolina de Jesus. **Mestras e Mestres do Mundo: Coragem e Sabedoria.** Disponível em: https://epistemologiasdosul.ces.uc.pt/mestrxs/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=32399. Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. **AzMina**, 08 de março de 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

SÁ, Júlia de. ALHO, Isabella. FEGADOLLI, Luiza. SANTORO, Paula. A Casa Helenira Preta foi demolida: quando a remoção atravessa a vida das mulheres. **LabCidade.** Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-casa-helenira-preta-foi-demolida-quando-a-remocao-atraversa-a-vida-das-mulheres/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

SABOYA, Renato. Segregação espacial urbana. **Urbanidades**, 14 de maio de 2009. Disponível em: [https://urbanidades.arq.br/2009/05/14/segregacao-espacial-urbana/#:~:text=Villa%C3%A7a%20\(2001\)%20argumenta%20que%20uma,%20%C3%A1reas%20distintas%20da%20cidade](https://urbanidades.arq.br/2009/05/14/segregacao-espacial-urbana/#:~:text=Villa%C3%A7a%20(2001)%20argumenta%20que%20uma,%20%C3%A1reas%20distintas%20da%20cidade). Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

SCHIAFFARINO, Júlia. Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social. **Congresso em Foco, Uol**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

Secretaria Municipal da Comunicação de São Paulo. **Prefeitura de São Paulo divulga Censo da População em Situação de Rua 2019**, 31 janeiro 2020. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.

TAKAHASHI, Larissa. Casa Helenira Preta: o combate à violência contra a mulher. **Atados**, 24 de outubro de 2019. Disponível em: <https://blog.atados.com.br/combate-a-violencia-contr-a-mulher-e-o-principal-objetivo-da-ocupacao/> Arquivo consultado em 19 de julho de 2022.